



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de abertura do 18º Congresso Nacional da Associação
Brasileira de Bares e Restaurantes - Abrasel**

Centro de Convenções – Brasília-DF, 1º de agosto de 2006

Meu querido companheiro Walfrido dos Mares Guia, ministro do Turismo,

Meu companheiro Patrus Ananias, ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,

Minha querida companheira Marisa,

Eu não sei se estão ainda os senadores Aloizio Mercadante e Marcos Guerra,

Meu caro Paulo Solmucci, presidente nacional da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes,

Deputados federais Ricardo Berzoini e Marcus Vicente,

Professor Timothy Mulholland, magnífico reitor da Universidade Federal de Brasília,

Senhor Bobby Fong, presidente do Conselho Nacional da Abrasel,

Senhora Lúcia Flecha de Lima, secretária de Turismo do governo do Distrito Federal,

Senhora Fátima Hamú, presidente da Abrasel do Distrito Federal,

Senhor Paulo Okamoto, presidente nacional do Sebrae,

Senhores e senhoras empresários do setor de gastronomia de todo o Brasil,

Meus amigos e minhas amigas,

Hoje, o Walfrido cumpriu com uma coisa que vocês não sabem, de uma divergência que nós temos. É que ele não gosta muito de falar e toda vez que



eu vou a um ato com o Walfrido, a gente prepara o discurso a partir das informações do Ministério dele. Eis que sempre me pega de surpresa, ele fala o que está escrito no meu discurso. Então, hoje, ele não falou, e falou pouco.

Segundo, dizer para vocês que além da alegria, Paulo, de estar participando, pela primeira vez, deste Congresso de vocês, porque da outra vez eu estava na China, é um dia especial para mim, porque, ao sair da Presidência da República, agora, para vir aqui, eu recebi uma boa notícia para o Brasil. Eu digo sempre que tem dois ministros que me ligam para me dar boas notícias, um deles é o Walfrido, que vive me ligando para dizer: “O saldo da balança comercial do turismo... porque os aviões foram não sei para onde”. E outro é o Furlan. O Furlan acompanha, de forma meticulosa, cada dólar que entra no comércio brasileiro, para me dar os resultados.

E hoje, meu querido Walfrido, Patrus, meus amigos e minhas amigas, uma outra boa notícia: hoje fecharam as exportações do mês de julho, 13 bilhões de dólares, é o recorde de tudo que o Brasil já teve de exportação na sua história. As exportações, até julho, fecharam em 74 bilhões de dólares. E vejam que nós tínhamos assumido um compromisso de fazer com que as exportações chegassem a 120 bilhões de dólares. Hoje, em 12 meses, ela já chegou a 128 bilhões e 100 milhões de dólares e, para nossa grata surpresa, chegaremos a 130 bilhões de dólares até o final do ano, o que é uma coisa fantástica, por duas razões. Primeiro porque nós temos um superávit comercial razoável, nos últimos 12 meses um superávit de 45 bilhões de dólares, e até o mês de julho o superávit somou 25 bilhões de dólares.

Isso porque, no Brasil, sempre teve uma celeuma, porque o Brasil é um país fantástico, a gente gosta de criar celeuma onde não tem celeuma. Mas no Brasil sempre teve uma divergência profunda, se o Brasil deveria exportar ou deveria fortalecer o mercado interno. Então, durante décadas, o Brasil exportava muito e matava o mercado interno. Depois, o Brasil recuperava o mercado interno e matava o mercado externo. O que nós temos provado



nesses meses? Nós temos provado que é plenamente possível e compatível você ter uma forte política de expansão comercial no mundo e, ao mesmo tempo, você ter uma forte política de crescimento, é plenamente possível. E os números estão mostrando que isso está acontecendo. E isso vem corroborar com aquilo que disse o nosso querido Walfrido, do crescimento do turismo que ainda é pouco diante do sonho que nós temos de construir um turismo como indústria geradora de riqueza, geradora de renda, geradora de empregos e geradora de bem-estar social. Nós ainda estamos engatinhando, nós temos condições de fazer infinitamente mais do que o Walfrido fez. Eu fico imaginando você com apenas 37 meses de experiência, imagino o dia em que você tiver 80 meses de experiência, como é que você vai estar fazendo turismo neste país.

E dizer ao Paulo, o Paulo fez aqui algumas... Eu sei dos problemas do setor, porque eu também recebi informações antes, ou seja, eu sei dos problemas da flexibilidade da jornada de trabalho, eu sei de problemas que poderão ser resolvidos quando o Congresso Nacional votar a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, que está para ser votada, eu sei dos problemas que você tem com os tickets refeições, uma série de coisas. E eu queria te dizer, Paulo, que está feito o desafio. A partir de ontem, o Walfrido, o ministro Marinho, do Trabalho, o ministro da Educação, que é uma outra coisa que eu vou dizer aqui, começaram a montar os técnicos deles, vocês montam os de vocês, vamos chamar todos que estão envolvidos na cadeia e vamos colocar numa mesa para ver se a gente torna os nossos problemas menos problemas e as nossas soluções mais soluções.

Eu tenho por hábito trazer um discurso por escrito quando a solenidade é importante para não repetir o que os outros já falaram. Não sei se vocês perceberam que eu estava lendo ali, escondendo, para o Paulo não ver o que ia falar, para ele não falar. Mas eu queria dizer para vocês que um evento como este, todo Congresso, é sempre uma oportunidade extraordinária para se



debater políticas públicas nos vários campos em que o Estado pode participar. Eu quero dizer para você, Paulo, que não tenha nenhum medo, nenhuma preocupação, a nossa amizade não vai diminuir um milésimo se sair deste Congresso uma pauta de reivindicação para o governo. Nós temos que nos habituar a gostar tanto das pessoas que nos reivindicam alguma coisa, quanto das pessoas que, às vezes, nos parabeniza sem até a gente merecer. Então, eu acho que um Congresso como este, é a oportunidade para tirar a demanda do setor, quais são os graves problemas que estão acontecendo no setor, o que é possível fazer em cada área do poder público federal, estadual e municipal, porque nós somos um país novo e nós temos que aprender a compreender o que significa o setor de restaurantes, de hotéis, de bares, o que significa para a economia brasileira, para a nossa cultura. Então, nós temos que ter preocupação, meu filho, pode se preparar, pode apresentar a pauta de reivindicação, o que a gente não poder fazer, o Sebrae faz. O Sebrae tem muito dinheiro, pelo menos é o que parece.

Este evento, promovido pela Associação Brasileira de Bares e Restaurantes, presidida por você, Paulo, é uma extraordinária oportunidade para a gente dar um salto de qualidade. E eu penso que você precisa aproveitar agora, que tem campanha eleitoral, e cobrar de todo mundo, cobrar do mais humilde candidato ao Presidente da República, ou do Presidente da República a qualquer... Cobrar, porque as pessoas vão se comprometendo e vai ficando mais fácil para vocês, depois, cobrarem deles. Se vocês não cobrarem, quando chegar o dia de amanhã, eles vão dizer: "vocês não falaram nada comigo. Eu já comi no restaurante de vocês, vocês nunca pediram nada para mim". Às vezes, não pedem nem a conta.

Bem, meus amigos, ao reunir centenas de lideranças de todas as regiões do Brasil para discutir a valorização da culinária brasileira como patrimônio cultural e importante diferencial no nosso turismo, a Abrasel reafirma a importância do setor na sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, o



Congresso ajuda a traçar caminhos para que seus impactos positivos na vida dos brasileiros sejam cada vez maiores. Tais impactos se traduzem em geração de empregos, principalmente empregos formais, e se traduzem, também, na mobilidade social dos trabalhadores do setor em que é muito comum ter funcionários abrindo seus próprios negócios. Além, é claro, da maior participação dos bares e restaurantes no PIB brasileiro, e da contribuição que eles têm dado à ampliação da riqueza nacional.

Os que me antecederam já detalharam, aqui, o que significa o setor para o nosso País, no PIB e na geração de empregos. Vou me deter, portanto, àquilo que todos nós, governo, empresários, trabalhadores, podemos fazer e estamos fazendo para o turismo: a culinária brasileira, o aumento de empregos e a inclusão social. A verdade é que boa parte dos significativos avanços dos bares e restaurantes se deve, também, ao momento que o Brasil está vivendo. Os empresários do setor souberam como tirar o melhor proveito desses bons ventos. O Brasil está crescendo, a renda está sendo distribuída, o crédito está aumentando e tudo isso resulta em uma visita ao restaurante em um dia de semana ou em um final de semana.

A renda do trabalhador aumentou, como aumentou o emprego formal e, em razão disso, ampliou-se o consumo. A estabilidade dá, também, maior segurança ao brasileiro para gozar suas merecidas férias. A inflação baixa lhe dá todas as garantias para viajar por terra ou por ar, sem se preocupar com surpresas nos índices inflacionários. Bom, com os índices inflacionários, ele não se surpreende, mas com o adiamento de vôos, ele tem se surpreendido ultimamente. O turismo passou a ser cada vez mais acessível aos brasileiros e, hoje, atinge novas camadas de nossa sociedade. Um contingente maior de brasileiros e brasileiras passou a poder viajar pelo Brasil, graças aos programas de incentivo ao turismo, que nós, do governo e representantes do setor, criamos a partir do Plano Nacional de Turismo. A verdade é que o turismo está se tornando um direito efetivo de todo trabalhador brasileiro, e



aumentou também o número de visitantes estrangeiros no Brasil. Foi por isso, também, que reformamos vários aeroportos, ampliamos outros e construímos mais alguns onde, até pouco tempo, um avião só pousava em caso de emergência.

Vocês sabem que, no começo do governo, eu sempre dizia que era preciso plantar as boas sementes para colher os frutos um pouco mais à frente. Hoje, estamos colhendo os frutos produzidos por aquelas boas sementes, entre outras razões, porque o diálogo constante e produtivo com empresários e trabalhadores do turismo possibilitou a criação de programas setoriais viáveis e consistentes. A culinária, vocês sabem muito bem, é turismo e cultura. Que outro país tem, como o Brasil, tanta diversidade em sua cozinha? Nos outros países, de um modo geral, o que se come no Sul é a mesma coisa que se come no Norte, no Leste e no Oeste. Não é o que ocorre aqui. A moqueca do Espírito Santo, por exemplo, é diferente da moqueca baiana. Poucas centenas de quilômetros de lá, a caldeirada que se come em Manaus. É diferente em tudo, e por tudo, daquela que se come em Florianópolis.

Eu penso que além da comida internacional que o Brasil sabe fazer muito bem, porque em muitos estados brasileiros as pessoas que querem visitar Paris podem visitar um bom restaurante em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais; as pessoas que quiserem comer uma boa comida indiana, e assim por diante, uma boa comida italiana. Ou seja, nesse aspecto o Brasil está realmente preparado, competitivo e, às vezes, as pessoas estão comendo no Bexiga e pensam que estão comendo em Roma, ou seja, tal é a similaridade do sabor e da qualidade da comida.

Mas nós temos coisas fantásticas, e eu posso fazer um depoimento para vocês. Logo que nós começamos o nosso mandato, eu tinha um problema, toda vez que eu ia comer no Itamaraty eu perguntava para os companheiros porque não ofereciam a comida brasileira, a culinária brasileira. E, por várias razões, contratos com empresas e aquele negócio todo, não era possível. Mas,



quando foi um dia deu certo. E, aí, o primeiro visitante foi o Príncipe das Astúrias, com a sua Princesa. E chegaram no Itamaraty, nós oferecemos uma feijoada. E havia sempre aquele: “Mas nossa, a princesa vai comer feijoada? Não é possível! A princesa está acostumada a comer paeja”. O dado concreto é que Marisa e eu sentamos perto da Princesa e do Príncipe. Olhe, terminou a comida, ela nos disse o seguinte: “É a melhor comida que eu já comi em todas as viagens que eu fiz até hoje”.

Depois tivemos a experiência com o presidente Chirac. E passamos a adotar, todas as pessoas que vêm, as pessoas comem uma comida nossa, uma comida mineira, uma comida baiana, uma comida carioca, uma comida paulista, alguma coisa que possam dizer que conheceram os sabores brasileiros. Porque, quem é que não sabe o que representa a riqueza da comida mineira, a culinária mineira? Quem é que não sabe o que representa a diversidade internacional da cozinha paulista? Quem é que não sabe o que significam as peixadas e as caldeiradas do Norte do País? Quem é que não sabe o que significa o pato no tucupi e a maniçoba, no estado do Pará? Quem é que não sabe o que significa a moqueca baiana, que eu já disse, tão diferente da do Espírito Santo, os frutos do mar de Santa Catarina, o churrasco gaúcho com arroz carreteiro?

Ou seja, essa riqueza, a riqueza extraordinária, além da riqueza da comida do Nordeste brasileiro. Muita gente, aqui, que é do Centro-Sul não sabe o que é uma boa carne de sol, agora feita até de picanha, com macaxeira, para você comer, degustar de forma extraordinária; não sabe o que é um bode bem-feito, o que é um sarapatel para o turista. Ou seja, essa riqueza só o Brasil pode oferecer. E, muitas vezes, é por termos toda essa riqueza que nós, muitas vezes, não valorizamos o que nós temos.

Essa foi uma coisa que nós mudamos também, logo, no Palácio da Alvorada: vamos fazer uma comidinha, aqui, daquela que a gente está habituado a comer, para o povo que vier aqui gostar da comida. Gostar, porque



um filé ele come em qualquer lugar do mundo, mas tem coisa que só em outros lugares se faz e só no Brasil se faz.

Então, eu queria dizer para vocês que este Congresso, ele tem importância, para mim, primeiro por ter tido a oportunidade de ter acesso a algumas informações. Eu ainda falei das coisas da Câmara Setorial, não falei das gorjetas, que têm que ser regulamentadas.

Ou seja, tem uma série de coisas que nós precisamos fazer, sabe por quê? Porque eu, particularmente, estou convencido pelo Walfrido, estou convencido. Houve um tempo, na Idade Média, em que se dizia o seguinte: a mulher, ela só pode casar se aprender a cozinhar. E, por conta dessa cultura, se estabeleceu uma outra idéia, de que “ganhe o seu marido pelo estômago”. O que acontece hoje, na verdade? Hoje, na verdade, nós temos uma quantidade de homens profissionais de cozinha extraordinários, então, não tem mais aquilo de homem ou de mulher. As profissões, elas mudaram, as pessoas trocaram de profissões, e hoje a gente pode, tranqüilamente, se a gente poderia ganhar um marido pelo estômago, ou hoje o homem ganha a mulher pelo estômago, vamos ganhar os nossos visitantes pelo estômago. Eles vão sair com saudade de muita coisa, mas têm que sair daqui com saudade da nossa comida.

Bem, nós temos outras coisas aqui que eu falei com o Paulo, que nós vamos ter que cuidar com muito carinho: a questão da educação. Vocês sabem que nós estamos em um processo muito rápido de recuperação da educação brasileira. O Congresso Nacional, falta um milímetro para aprovar o Fundeb, que é para qualificar o ensino básico no País e o ensino fundamental, sobretudo, nos estados mais pobres. Vocês viram, hoje, uma matéria no Estadão, também quebrando o tabu de que no Centro-Sul as coisas são todas melhores. Vocês viram uma matéria que saiu hoje nos jornais, mostrando que o nível da educação em São Paulo, o ensino fundamental, não é grande coisa. Leiam, porque nós estamos querendo apostar em uma nova qualidade de



educação, sobretudo se a gente garantir uma boa base para o ensino fundamental, a gente vai ter uma outra base.

Estava proibido de se fazer escola técnica no Brasil, nós, se Deus quiser, vamos terminar o ano com 42 novas escolas técnicas profissionais, nós estamos fazendo... serão 4 universidades federais novas, 6 faculdades transformadas em universidades e 48 extensões universitárias. O nosso reitor acompanha bem o desenvolvimento, até aqui, em Brasília, criamos uma extensão universitária e, obviamente, que essas escolas profissionais, podem e devem servir para que a gente possa formar profissionais para trabalhar em restaurantes, jovens aprender a cozinhar, jovens aprender a trabalhar, serem *barmen*. Ou seja, tudo isso a gente pode colocar no currículo, como já tem no currículo para o setor de turismo. E é por isso que eu acho que o Ministro da Educação, Walfrido, tem que entrar nessa câmara setorial para que possa ajudar a entender as necessidades e ajudar a colocar os cursos que precisam ser formados de acordo com os interesses do setor, e não de acordo com os interesses do governo ou com os interesses do Ministro do Turismo, mas com o interesse do setor, para que a gente possa formar.

Eu tenho noção do que significa um curso. Eu fui diretor de um curso de Madureza no Sindicato, em 1978. A gente tinha 1900 alunos no Sindicato. Um belo dia eu descobri que a gente estava tirando os trabalhadores especializados da categoria para mandá-los ser advogados, não sei, qualquer outra coisa, e deixarem a categoria. Eu resolvi fazer um convênio com uma escola particular e fazer uma escola profissional dentro do Sindicato. Então, você chamava lá um ajudante, um companheiro que não sabia fazer outra coisa a não ser pegar pedaços de ferro no chão. Você dava um curso de desenho para ele, um curso de operador, um curso de matemática, um curso de eletricidade, e esse cidadão voltava para a fábrica, em coisa de um mês ou dois meses, ele passava a ter o seu salário dobrado. E isso, certamente, acontecerá em qualquer restaurante ou em qualquer bar, porque as pessoas



vão ganhar de acordo com a sua qualificação e, se alguém não puder pagar o salário, elas vão procurar outro emprego em outro lugar. E isso só vai acontecer se nós qualificarmos adequadamente a sociedade brasileira, sobretudo meninas e jovens, para trabalhar neste setor, que é muito rico.

Eu quero terminar dizendo para vocês que este ano, que é um ano um pouco atípico... Eu não sei quanto tempo os nossos ministros vão demorar para montar a câmara setorial. Agora, eu queria, Paulo, dizer para você, um conselho de quem foi dirigente sindical: se você não cobrar, se você não ficar no pé dos ministros, amanhã todos eles têm outra reunião e outro pedido, e outros compromissos. Então, por favor, o conselho que eu te dou: terminando este Congresso, pegue a pauta de reivindicação aqui, já vá levar diretamente para o Walfrido, para o Marinho, para o Fernando Haddad, para o Patrus, fale com o Gilberto Carvalho e leve para mim, e comece a telefonar sempre para cobrar, porque se não cobrar, tem outras coisas que vão parecendo mais importantes, e o importante vira secundário. É um setor que gera muitos empregos, é um setor onde trabalham muitas meninas e muitos meninos, é um setor que não pode ter a rigidez de um horário de trabalho que tem uma Volkswagen, uma Mercedes, ou uma GM, é preciso ver a realidade do setor. Você sabe, está aqui o Osvaldo Vargas, que é do Ministério do Trabalho, há dois anos, quando nós montamos a câmara para cuidar da questão do Sindicato, da organização sindical, também nós queríamos escutar a flexibilidade do mundo do trabalho. Não fizemos isso porque, muitas vezes, empresários e trabalhadores não querem, porque é outra realidade, não é essa de vocês. É outra realidade.

Então, agora, já que vocês estão aqui, meus filhos, vamos tratar de trabalhar isso com o carinho que merece e vamos ver se, no próximo Congresso, você pode anunciar boas novas naquele calor de Manaus, um calor extraordinário... vocês podem anunciar as conquistas que o setor teve e já apresentar uma nova pauta de reivindicação.



Gente, boa sorte para vocês, muito obrigado e até outro dia, se Deus quiser.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita à Caixa Econômica Federal

Brasília-DF, 04 de agosto de 2006

Primeiro, quero dizer para vocês, a alegria de ver a satisfação de homens e mulheres que trabalham na Caixa, com o resultado das coisas que vocês mesmos conseguiram produzir de inovação.

Eu penso que só o fato de vocês terem 4,5 milhões de novos brasileiros e brasileiras que antes não conseguiam passar nem na porta de um banco, porque não se sentiam qualificados para passar, serem hoje clientes do banco, não apenas terem uma conta, mas serem clientes do banco, já é a revolução de uma palavra mágica chamada inclusão bancária.

Eu não tinha dimensão de que as pessoas gostavam de ter conta em banco. Quando eu participei do primeiro ato, em que uma mulher que catava papel foi ao Palácio, que a mulher abriu a conta na Caixa, ela me abraçou chorando, dizendo que jamais imaginou que poderia ter uma conta num banco. Quem já nasce tendo, não dá a menor importância para isso, mas quem consegue ter acesso, depois de tantos anos, é uma coisa extraordinária.

Depois, dar os parabéns para a Caixa, pela rapidez e pela seriedade no trato do cartão do Bolsa Família. Eu sei que foi um trabalho imenso, um trabalho que fez com que as pessoas se sacrificassem até nos seus finais de semana, mas o dado concreto é que hoje, estejam as pessoas em qualquer lugar que estiverem, se tiver lá um caixinha eletrônico, se tiver uma loteria, o cidadão pode receber sem ter que gastar uma parte disso com ônibus. É outra coisa extraordinária.

A terceira coisa que eu vi, que vocês ainda não inauguraram, mas que eu tive a oportunidade de ver, é a nova máquina que vai coordenar os jogos que a Caixa coordena, e o mais prazeroso é saber que é tecnologia brasileira,



feita por brasileiros e, portanto, a gente não tem que ficar dependente de empresas, que às vezes não são brasileiras, ou às vezes de empresas que não têm a mesma responsabilidade, a mesma seriedade, que um funcionário de carreira da Caixa tem para prestar contas à própria instituição em que ele trabalha.

Essas, na verdade, são as razões pelas quais eu estou querendo visitar a Caixa Econômica, Banco do Brasil, Banco Central, Basa, BNB, porque até então nós tivemos momentos auspiciosos dessas instituições, ninguém sobrevive 145 anos se não for bom, se não tiver alguma coisa, mas também vocês, como funcionários de carreira da Caixa, já viram a Caixa quebrar, já viram a Caixa viver às custas de arrumações contábeis, e a gente partiu do pressuposto de que a Caixa tem que funcionar como um banco, tem que ter uma função social diferente de um banco particular, mas ninguém quer ter um banco para ter prejuízo, um banco tem que ter seus rendimentos, até porque ele vai se aperfeiçoar com parte do rendimento que tem.

Está provado que a Caixa é competitiva, está provado que a Caixa sabe fazer mais do que pagar as coisas do governo, que a Caixa sabe disputar crédito, que a Caixa sabe disputar clientes, e eu acho que vocês conseguiram consolidar a cara de um banco que é verdadeiramente um banco, que pode ter uma finalidade diferenciada de outro, mas na hora de fazer negócio, na hora de emprestar dinheiro, na hora de receber o dinheiro, na hora de fazer crédito, faz como se fosse um banco. Tem que ter seriedade, porque isso aqui não é uma casa de favores, isso aqui é uma casa de captação e empréstimo de recursos.

De forma que eu quero dar os parabéns a vocês. Acho que a gente assumiu o controle das loterias por nossa conta, com engenharia nossa. Espero que vocês convoquem a imprensa no dia em que vocês forem anunciar o descontrato e o novo contrato com vocês mesmos, que possam mostrar ao mundo que nós somos capazes.



Aliás, eu vou dizer uma coisa para você, Maria Fernanda. Desde a viagem que eu fiz para Nova Iorque, quando discutimos a possibilidade dos bancos brasileiros captarem os recursos dos brasileiros que moram lá e que teriam que ter facilidade de mandar o dinheiro para cá, como se estivessem aqui no Brasil, não sei por que eles têm que ser extorquidos para mandar dinheiro para cá. Eu fui ao Japão e é a mesma coisa, ou seja, por que os milhões de japoneses, de brasileiros e japoneses que estão lá não podem utilizar a Caixa para mandar os recursos para a sua família aqui? Porque ele tem que pagar não sei quanto, tornando tudo mais difícil.

Eu acho que o Brasil é um país que, em se tratando dos seus bancos, não deve nada a nenhum país do mundo, só que a gente muitas vezes aceita, com muita facilidade, ser tratado como um país subdesenvolvido, como um país emergente, como um país de menor porte, quando na verdade, para qualquer coisa que você olhar no mundo, o Brasil está entre os oito, os dez, os cinco maiores países do mundo.

É que nós mesmos não costumamos nos valorizar, nós mesmos costumamos achar que as coisas de fora são melhores do que as nossas. Em se tratando de banco, eu acho que o nosso serviço, a nossa tecnologia não deve nada a ninguém. E eu penso que tem muita gente que poderia ser ajudada pelo nosso conhecimento. Obviamente que a gente não vai querer ficar disputando com a cidade de Londres, não vai querer ficar disputando com Paris, mas o mundo não é Londres e não é Paris, o mundo é todo o continente africano, o mundo é toda a América do Sul, o mundo são países como a Índia, como a China, como a África do Sul, que podem ter igual, melhor não têm, do que nós. Acho que nessa área, nós temos o que ensinar.

E eu acho que esse nosso arrojo é extremamente importante, que os nossos bancos também comecem a adentrar nessa globalização. Eu fico pensando: por que na Nigéria, que é um país de 140 milhões de habitantes, e o Brasil tem déficit comercial de quase 3 bilhões de dólares, por que a gente não



tem nossas agências bancárias lá? Eu penso que nós precisamos ser um pouco mais arrojados, porque acabou o tempo em que, aqui no Brasil, se pensava que relação internacional era só Estados Unidos e União Européia. Obviamente que são dois parceiros extremamente importantes, mas o Brasil tem, cada vez mais, dificuldades de adentrar nesses mercados porque eles são muito competitivos. Mas tem dois terços da humanidade que não participam desses mercados e que estão aí à nossa disposição. Agora, se a gente não for... Eu, quando atravesso aqui... você sai do Nordeste e vai a Dakar, você encontra carro japonês produzido no Japão, por que não tem um carro brasileiro lá? Dá para ir até de canoa, se quiser.

Então, eu acho que a Caixa... Eu, quando vejo história do BNB e do Basa, vejo como era e vejo como eles estão agora – embora não seja economiário, eu acompanho a vida da Caixa, não só por conta da minha relação com o Sindicato – mas esta Caixa esteve para quebrar muitas vezes e as pessoas não contavam. Eu vejo como os privatistas publicavam manchetes e mais manchetes dizendo: “A Caixa teve um déficit de 1 bilhão; o Banco do Brasil teve um déficit de 800 bilhões; o Tesouro vai ter que colocar dinheiro”. Agora é importante que vocês se orgulhem e digam: “a Caixa está fazendo muito mais do que já fez em qualquer outro momento da sua história, está cuidando do povo pobre, também, e não está tendo déficit, está tendo um superávit no final do ano, não fecha mais em vermelho, fecha em verde, azul ou outra coisa qualquer”. Isso é uma coisa extremamente importante. Por isso eu quero dar os parabéns, esperando que a CEF tenha mais dinheiro para investir em coisas produtivas neste país. Então, eu fico feliz e quero dizer para vocês que ainda não foi a visita completa, porque eu tenho que almoçar ainda.

Eu ontem fui visitar a plataforma da Petrobras e talvez as pessoas não saibam por que a gente tem tanto orgulho. Nós, em 2001, começamos a dizer que o Brasil tinha condições de produzir as plataformas aqui. Houve uma guerra pela imprensa de que o Brasil não tinha, que eu não sabia o que estava



falando, que já estava provado pelos engenheiros da Petrobras que não podia. E era mentira, porque não eram os engenheiros da Petrobras. Os mesmos engenheiros da Petrobras diziam para mim que tínhamos condições de fazer. Então, ontem, eu tive o prazer de visitar duas plataformas. Só para vocês terem idéia, os contratos que nós fizemos da P-52, que previa 60% de coisas adquiridas no Brasil, produzidas no Brasil, nós estamos com 75%. De coisas que nós prevíamos 75%, estamos com 90% de mão-de-obra, de matéria-prima, de tecnologia nacional. Então, na verdade, nós estamos economizando alguns bilhões de dólares, e o que é mais importante, gerando alguns milhares de empregos. Ontem eu cheguei lá, naquele estaleiro que ficava fechado, eu estive de férias com a Marisa, em 2000, no estaleiro tinha era mato, capim, aquilo tinha tomado conta, só se encontrava ex-metalúrgico vendendo patinha de caranguejo, patinha de siri na praia. Hoje, só empregos diretos, são sete mil naquele estaleiro. E com as encomendas que a Petrobras tem daqui para frente, em 2007 nós vamos ter empregos por muitos e muitos anos.

E vamos também recuperar a nossa Marinha Mercante. O Brasil tem um déficit de frete, na sua balança comercial, de quase 8 bilhões de dólares. Não tem sentido o Brasil ter déficit na sua balança comercial de frete, porque um dia alguém entendeu que o Brasil deveria transportar os seus produtos e trazer o que ele compra em navios de bandeira estrangeira. Alguém imaginou isso e nós vamos recuperar. E dentro disso está a Caixa Econômica Federal. Hoje, ela pode, com muito orgulho, dizer que é mais banco do que já foi em qualquer outro momento, que atende mais do que em qualquer outro momento e tem mais solidez na sua relação com os clientes do que em qualquer outro momento. Então, eu não poderia... talvez porque tenha muitos vice-presidentes...

Então, eu quero dar os parabéns a vocês e dizer que, se vocês continuarem trabalhando assim, eu penso que sairá da cabeça de qualquer brasileiro a idéia de que um banco como este tem que ser privatizado.



Meus parabéns!



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita ao 20º Grupo de Artilharia de Campanha Leve e a oficinas do programa Soldado Cidadão

Barueri – São Paulo, 11 de agosto de 2006

Excelentíssimo senhor Cláudio Lembo, governador do estado de São Paulo,

Senhores ministros, Waldir Pires, da Defesa; Márcio Thomaz Bastos, da Justiça, Luiz Dulci, da Secretaria-Geral

General Francisco Roberto de Albuquerque, comandante do Exército brasileiro,

Meu caro Rubens Furlan, prefeito de Barueri,

General Luiz Edmundo Maia de Carvalho, comandante militar do Sudeste,

Major-Brigadeiro-do-Ar Aprígio Eduardo Azevedo, comandante do IV Comar,

Senhores prefeitos Emídio de Souza, de Osasco; Evilásio Farias, de Taboão da Serra; Geraldo Cruz, de Embu das Artes; Jorge Costa, de Itapeverica da Serra; Paulo Bururu, de Jandira,

Contra-Almirante Carlos Passos Bezerril, diretor do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo,

Coronel Eliseu Teixeira Borges, comandante-geral da Polícia Militar do estado de São Paulo,

Tenente-Coronel Marco Aurélio Abreu, comandante do 20º Grupo de Artilharia de Campanha Leve,

Demais oficiais presentes,



Meus caros cabos e soldados deste Agrupamento, do programa Soldado Cidadão,

Primeiro, general Albuquerque, Ministros e governador Cláudio Lembo, quero dizer a vocês que a história nos prega algumas peças que não têm explicação. Eu me lembro que uma das frustrações grandes que eu tive na minha vida foi quando, com 18 anos de idade, eu me apresentei ali no Parque Dom Pedro para tentar servir no Exército brasileiro, e não consegui. Não sei por que, não me quiseram. O dado concreto é que eu não pude servir no Exército brasileiro e isso foi uma frustração muito grande para minha mãe, porque um dos sonhos dela era que seus filhos pudessem servir o Exército. Pode ser que tenha algumas pessoas com preconceito contra o Exército brasileiro, mas no meio do povo pobre, certamente, grande parte das famílias gostaria que os seus filhos tivessem a oportunidade de servir no Exército brasileiro.

Mas a minha frustração foi compensada quando, quase 40 anos depois, eu sou eleito presidente da República, e aquele menino que não pôde servir o Exército brasileiro vira comandante-chefe das Forças Armadas do nosso País. E foi com muito mais orgulho que, na primeira conversa que eu tive com os nossos comandantes do Exército, da Aeronáutica e da Marinha, eu disse que gostaria, ao terminar o meu governo, que nós pudéssemos ter conseguido e conquistado o estabelecimento de uma relação entre a sociedade civil e as Forças Armadas brasileiras. Houve problemas, preconceitos, e eu dizia aos comandantes que era importante que nós não nos dividíssemos por farda, que nós nos sentíssemos todos brasileiros, cada um cumprindo a sua função, o metalúrgico na metalurgia, o político na política e o militar na caserna, cumprindo as suas funções e guardando, com soberania, as nossas fronteiras.

Muitas vezes nós não damos valor a determinadas coisas, só damos valor quando estamos em perigo ou quando acontece um imprevisto qualquer.



E eu propus ao Comandante do Exército, ao nosso Almirante e ao nosso Brigadeiro, que pudéssemos criar a possibilidade de colocar mais gente para servir as Forças Armadas. Nós chegamos a uma situação, Governador, teve momentos em que o soldado só servia meio-dia, porque estava com o dinheiro curto para servir almoço para o jovem soldado brasileiro. Eu disse ao comandante Albuquerque que isso não iria mais acontecer, que era importante que os nossos soldados pudessem comer, pudessem se vestir de forma adequada e pudessem sentir orgulho de servir às Forças Armadas. E construímos a idéia do Soldado Cidadão, ou seja, recrutar um grupo de jovens a mais, espalhados por este País, sobretudo, nas grandes regiões metropolitanas, para que esses jovens pudessem, acima do recrutamento normal das Forças Armadas, adentrando no Exército, aprender três coisas que eu acho sagradas na formação de um ser humano. Primeiro, gostar do seu País; segundo, aprender os princípios da disciplina e, terceiro, aprender uma profissão. E por que aprender uma profissão? Porque fazia parte, desde quando pensamos no lançamento do programa Primeiro Emprego, a gente criar as condições para permitir que jovens brasileiros pudessem adentrar, tanto numa empresa quanto nas Forças Armadas brasileiras, e aproveitar o tempo que estivessem lá para sair melhor formados, para ajudar a sua família e para ajudar o nosso País.

Então, é com muito orgulho, mas muito orgulho mesmo, que ao perguntar ao general Albuquerque quanto tempo esses meninos tinham no Exército brasileiro, eu fui informado antes, pelo microfone, que os meninos tinham apenas dois meses de Exército brasileiro, porque começaram em junho. E a disciplina e o aprendizado foram tão rápidos que qualquer um de nós que esteja aqui presente, se não ouvíssemos falar ao microfone, certamente estaríamos pensando que esses meninos já estavam há mais tempo nas Forças Armadas brasileiras.



Eu não tenho dúvida nenhuma que, certamente, vocês que fazem parte das Forças Armadas brasileiras, os nossos jovens, são motivo de orgulho para as suas famílias, são motivo de esperança para as suas famílias e muito mais, são motivo de orgulho para o nosso País.

Quase 70 mil jovens já serviram as Forças Armadas, dentro do programa Soldado Cidadão. Eu espero que a gente possa, a cada ano, quem quer que governe o estado, quem quer que governe o País, eu espero que a gente não deixe que um programa desses termine, eu quero que mais soldados cidadãos se apresentem pelo Brasil inteiro, que mais jovens possam aprender uma profissão, que mais jovens possam aprender o amor à pátria e que mais jovens possam passar mais segurança para a sociedade e para a sua família.

Quero terminar dizendo ao general Albuquerque que aprendi nessa convivência com as Forças Armadas brasileiras a descobrir o quanto podem prestar de serviço ao Brasil, as nossas Forças Armadas, se houver disposição política de olhar as Forças Armadas como instrumento, não apenas de defesa da nossa soberania ou das nossas fronteiras, mas como instrumento que pode partilhar com todo o Estado brasileiro uma grande política de inclusão social, para que todos se sintam em casa, dentro ou fora do Exército.

Meus parabéns, muitos parabéns aos nossos jovens soldados, e que Deus possa guiar esse tempo que vocês estão nas Forças Armadas e possa guiar o comportamento de vocês na ajuda aos seus familiares.

Muito obrigado, general Albuquerque, muito obrigado, generais-oficiais e Governador. Isto aqui é um exemplo de que a juventude brasileira não tem por que cair na criminalidade, a juventude brasileira precisa apenas de uma oportunidade. Tendo oportunidade, certamente ela será mais que útil ao conjunto da sociedade.

Muito obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de apresentação dos novos oficiais-generais**

Palácio do Planalto, 8 de agosto de 2006

Excelentíssimo senhor Waldir Pires, ministro da Defesa,
Excelentíssimo ministro Tarso Genro, chefe da Secretaria de Relações
Institucionais,
Almirante-de-esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, comandante da
Marinha,
General-de-exército Francisco Roberto de Albuquerque, comandante do
Exército,
Tenente-brigadeiro-do-ar Luiz Carlos da Silva Bueno, comandante da
Aeronáutica,
Senhores oficiais-generais,
Senhoras e senhores integrantes das Forças Armadas,
Meus amigos e minhas amigas,

É com muita honra que mais uma vez recebo aqui, em Brasília, um
seleto grupo de oficiais-generais promovidos. Sei que cada um dos senhores
vem de um rincão diferente de nosso País e que cada um traz consigo uma
história de vida singular.

Estou certo, porém, de que os senhores têm em comum uma carreira
pautada pelo profissionalismo e a competência; têm em comum, também, a
devoção total à Pátria brasileira, à qual se dedicam desde o início de suas
juventudes.

O caminho percorrido até este momento de júbilo custou-lhes muito
sacrifício e abnegação. Mais do que uma merecida recompensa, porém, sua
promoção significa a renovação de uma aliança com o Brasil e com os



brasileiros e uma redobrada responsabilidade na condução de nossas Forças Armadas.

Temos a felicidade de viver em paz com as nações vizinhas. Há décadas não enfrentamos ameaças maiores de conflitos regionais. Isso, contudo, não torna menos importante o papel das nossas Armas, pois nós sabemos que a verdadeira paz não se apóia apenas na ausência de guerra mas, sobretudo, no esforço bem-sucedido de fazer de uma Nação um abrigo para todos os seus filhos. Sabemos, também, que as grandes fronteiras da soberania nacional são, hoje, a justiça social e o desenvolvimento.

Nossas Forças Armadas compreenderam bem este desafio e se engajaram com convicção na batalha do desenvolvimento. Hoje, os mesmos marinheiros que defendem nossa costa são aqueles que levam a saúde e a assistência às populações ribeirinhas. Os soldados que guardam nossas fronteiras são aqueles que constroem algumas de nossas mais importantes estradas. E os aviadores que cruzam nossos céus representam, para muitas comunidades isoladas, o elo de ligação com o mundo, o mensageiro voador que traz o remédio e a assistência, salvadores de vidas.

Meus amigos e minhas amigas,

A redução das muitas disparidades regionais e sociais de nosso País só continuará ocorrendo com sucesso se os homens de farda continuarem com a mesma determinação que hoje dedicam a esta causa. Apesar das dificuldades e dos desafios orçamentários que ainda persistem, as Forças Armadas estão hoje muito mais eficientes e melhor geridas. Isso dá a elas uma enorme capacidade de resposta rápida aos desafios que lhe são apresentados. É o que vem acontecendo, por exemplo, na construção de pontes e no asfaltamento de trechos da BR-163, que liga Santarém, no Pará, a Cuiabá, no Mato Grosso; ou na duplicação da BR-101, no Nordeste, onde disputas jurídicas impediram, por muitos anos, a realização das obras por empreiteiras privadas. Nos dois casos, os Batalhões de Engenharia do Exército se engajaram nas obras, utilizando



toda a sua experiência profissional, seu comprovado talento técnico-científico e, também, sua valiosa infra-estrutura de máquinas.

O mesmo vale para o Programa Soldado Cidadão, que transforma os jovens recrutas da Marinha, do Exército e da Aeronáutica em profissionais qualificados e prontos para disputar uma oportunidade num mercado cada vez mais competitivo. E para os muitos outros programas de cunho social de nossas três Armas.

Este mesmo sentido de promoção da justiça social e do desenvolvimento é o que tem pautado a participação de nossos militares junto às Forças Internacionais de Paz naquele que é um dos países mais sofridos de nossa América: o Haiti.

Chegamos àquele país com o objetivo de ajudar seu povo a reencontrar a paz e reconquistar uma estabilidade há muito perdida. Sabemos, porém, que é com nossa ação solidária e com a ajuda que nossas tropas vêm prestando à reconstrução do país que poderemos contribuir para erradicar as verdadeiras causas da violência e da pobreza.

Senhores oficiais-generais,

Foi a parceria com o povo brasileiro na luta pela construção nacional que pintou algumas das páginas mais belas da história de nossas Forças Armadas. Uma dessas páginas se abre no ano de 1889, quando Cândido Mariano Rondon foi nomeado ajudante da Comissão de Construção das Linhas Telegráficas de Cuiabá a Registro do Araguaia.

A partir de então, Rondon chefiou várias comissões e percorreu os mais distantes pontos do território nacional instalando linhas telegráficas que iriam unir os brasileiros através da comunicação e da solidariedade. Através dele, o Estado brasileiro descobriu novos rios, estabeleceu contato pacífico com povos indígenas isolados e estendeu sua presença ao longo das nossas fronteiras. Desejo que a inspiração do Marechal Rondon nunca falte a qualquer brasileiro, seja ele civil ou militar.



Mas é aos senhores oficiais-generais que cabe a tarefa de dar continuidade à missão cívica e desenvolvimentista que as Forças Armadas brasileiras tão bem conduzem desde os primeiros dias da República.

O desenvolvimento, a democracia e a justiça formam o alicerce onde se assenta a verdadeira paz. Como brasileiros, é dever de todos nós zelar por este alicerce e fortalecê-lo a cada dia.

Quero dar os parabéns aos oficiais-generais. Quero dar parabéns às suas esposas e dar os parabéns a todos os seus familiares. E desejar a todos vocês boa sorte nessa nova tarefa que vocês assumem nas Forças Armadas brasileiras. Muito obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de apresentação do Sistema Nacional de Atendimento
Socioeducativo - Sinase**

Palácio do Planalto, 9 de agosto de 2006

Querido companheiro Paulo Vannuchi, secretário especial de Direitos Humanos,

Nosso querido companheiro Agenor, ministro da Saúde,

Minha querida Maria do Carmo Ferreira da Silva, secretária especial em exercício de Política de Promoção da Igualdade Racial,

Meus senhores e senhoras representantes do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, do Fundo de População das Nações Unidas, do Fundo das Nações Unidas para a Infância, da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura,

Senhora Carmem Oliveira, subsecretária de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria Especial de Direitos Humanos,

Senhor José Fernando da Silva, presidente do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente,

Senhoras e senhores participantes do 8º Encontro de Articulação do Conanda com os Conselhos estaduais, distrital, municipais, das capitais, do Direito da Criança e do Adolescente, e Conselhos Tutelares,

Vocês viram que eu chamei o Paulinho Vannuchi aqui, o próprio, para perguntar: você colocou os Conselhos Tutelares? Porque eu vi a gritaria contra o Paulinho Vannuchi e eu falei: deixa eu fazer o reparo logo, aqui, antes.

Mas, meus amigos, minhas amigas, companheiros representantes de instituições das Nações Unidas aqui presentes, antes de ler o meu texto, eu



queria dizer para vocês que, quando a Carmem estava falando, eu estava comentando com o Paulinho Vannuchi que muitas vezes, quando nós estamos no governo, a gente precisa definir, com muita clareza, determinadas políticas que temos que fazer. E, muitas vezes, só acertamos na política se a gente tiver a sabedoria de colher aquilo que a sociedade, ao longo da sua experiência, aprendeu a produzir. Porque, intelectualmente, cada um de nós pode ter uma posição, pode ter uma experiência, mas o conjunto de milhares de pessoas que por este País afora trabalha, muitas vezes, sem ganhar nada, quando pensa que ganha não recebe, ou seja, em situações sempre adversas, e se dedica a isso, não importa quantas horas por dia, quantas horas por mês, o que importa é que, mesmo que seja um minuto, tem alguém dedicando um minuto da sua vida para fazer uma coisa que pode beneficiar alguém.

Eu aprendi que essas pessoas que agem assim, essas pessoas devem ter um dom maior, devem ter alguma coisa especial. Porque eu penso que é um momento mágico na vida de um ser humano que se propõe a cumprir uma atividade que possa ajudar a outro, às vezes sem saber quem é, às vezes sem ganhar nada e, às vezes, sem o reconhecimento de governantes, sem o reconhecimento de uma parcela grande da sociedade, sem o reconhecimento da imprensa, porque muitas vezes fica muito mais fácil a gente desejar que o problema não existisse. E se ele existe, fica muito mais fácil as pessoas pensarem que o problema não é delas. E, ainda, muitas vezes, fica muito mais fácil fazer o que algumas pessoas de vez em quando dizem, no Brasil: aumentar o castigo, aumentar a punição. Termina sendo a solução mais fácil para aqueles que não querem fazer e aqueles que não querem trabalhar. Por isso, eu quero render as minhas homenagens a vocês. Não é todo dia, não é toda hora e não é em todo lugar do mundo que a gente encontra uma quantidade tão grande de pessoas dedicadas a dar um pouquinho do seu tempo, um pouquinho do seu aprendizado, para que a gente possa ajudar alguém que está em condições piores do que a nossa, a pelo menos ficar



iguais a nós. Meus parabéns a todos vocês.

Este encontro de hoje é mais uma prova de que o diálogo democrático, respeitoso e produtivo entre o Estado e os mais diferentes setores da sociedade civil é o melhor método para vencermos os mais complexos desafios. Vocês estão lembrados, eu tenho dito sempre, que possivelmente a grande coisa que um governante pode deixar como legado para as futuras gerações, não é uma grande obra, muitas vezes não é uma estrada, uma ponte, mas é a mudança na relação entre Estado e sociedade; é a mudança no comportamento para que o Estado ou qualquer outro ente federativo veja as organizações da sociedade civil e estabeleça com elas uma relação. É muito fácil e muito simples, às vezes, governantes não gostarem de ouvir as verdades, não gostarem de ouvir as reclamações, as reivindicações, e não tem outro jeito. Um prefeito, um governador, um presidente da República, um deputado, um senador, ninguém vai conseguir fazer a coisa perfeita se a gente não conseguir extrair a seiva produzida pelo conjunto dos anos de experiência acumulados da sociedade. É essa relação com a criação de instituições sólidas, legalizadas, em que a gente pode ter consciência de que mesmo depois de nós, do presidente da República e de vocês, haverá a certeza de que alguém continuará fazendo aquilo que vocês começaram, aquilo que nós começamos e aquilo que outros começaram a fazer até antes da nossa própria existência.

A defesa dos direitos da criança e do adolescente é, certamente, um desses desafios, sendo também um eixo central para a afirmação dos direitos humanos em nosso País. Mesmo que ainda tenhamos muito para avançar nesse sentido, todos aqui sabemos que as conquistas obtidas até agora são frutos da profunda parceria entre as entidades da sociedade civil e o governo.

Como é de conhecimento dos senhores e das senhoras, o governo federal desenvolve mais de 200 ações voltadas para as crianças e os adolescentes nos eixos promoção de saúde, educação de qualidade, proteção



contra a violência e combate à Aids. Elas fazem parte do Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente e resultam de um compromisso que assumimos ainda, há muito tempo atrás, quando nem imaginávamos que eu ia ser presidente da República.

As ações são articuladas por um Comitê Gestor, coordenado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, e composto por outros nove Ministérios e o Conanda. E uma rede de monitoramento com diversas entidades nacionais e organismos internacionais acompanha e avalia os resultados de nossas ações. A verdade é que conseguimos avançar muito em diversas áreas. Nossas ações de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes já se tornaram uma referência mundial.

No próximo dia 28, será criado um grupo de trabalho internacional, coordenado pelo Brasil, com a participação de representantes de 10 países da América do Sul, para desenvolver, ao longo deste semestre, um plano conjunto de combate à exploração sexual nas fronteiras.

E hoje tem início, aqui em Brasília, uma reunião intergovernamental, com 40 países, para tratar dos direitos das crianças que, por abandono ou por morte dos pais, acabam sendo isoladas do convívio familiar. Desta reunião poderão sair propostas de diretrizes internacionais para tratamento do tema a serem submetidas à Organização das Nações Unidas.

Minhas amigas e meus amigos,

A exploração sexual e a permanência por longos períodos em abrigos formam, ao lado de casos de crianças e adolescentes em conflito com a lei, os três temas ao qual nosso governo mais tem dedicado esforço. É por isso que fico contente em receber a proposta do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, mais uma importante contribuição do Conanda à sociedade brasileira, com ajuda dos conselhos estaduais e das capitais, do Fonaciad, dos conselhos tutelares da ABMP e de outras entidades representativas da sociedade civil.



A própria existência do Conanda e seu trabalho persistente em defesa dos direitos da criança e do adolescente são uma prova cabal da importância dos conselhos que reúnem sociedade civil e poderes públicos na mesma mesa de trabalho. Sem esse tipo de conselho e sem as naturais tensões que às vezes enfrentamos no diálogo, não se pode falar efetivamente em democracia.

Digo isso porque pude ver que essa proposta foi construída por meio do diálogo com especialistas e lideranças das mais diversas áreas que representaram tanto os diferentes níveis de governo como a sociedade civil. Além disso – e o que é mais importante – pude ver que a preocupação maior de vocês que elaboraram, o Sinase é a recuperação de nossas crianças e nossos jovens, o respeito aos seus direitos e não apenas o isolamento do convívio social. A criança e o adolescente em conflito com a lei devem ser encarados como um desafio à nossa capacidade de construir políticas públicas consistentes como essa, que os reintegrem plenamente ao convívio social. Lugar de criança e adolescente é na escola. Todo o esforço da sociedade deve vir no sentido de tirar nossas crianças da rua e colocá-las na sala de aula. Por isso o governo estimulou o debate e hoje dá seu apoio a esse conjunto de medidas socioeducativas.

Quero, portanto, conclamá-los a manter sempre esse diálogo intenso e gerador de resultados. Pois ainda temos muito a fazer, com vistas a consolidar uma verdadeira Política Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Queremos, com uma política desse tipo, transformar o tema em um compromisso de Estado, em um compromisso de Nação, que independa do desejo dos governantes.



Cuidar da infância, gerar oportunidades e educação é romper o ciclo hereditário da injustiça social, que se propaga de pai para filho através da criança pobre. Temos que acabar com esse círculo vicioso e substituí-lo por um caminho seguro. Criar os mecanismos para que isso ocorra é a obrigação de todos nós que acreditamos na construção de uma Nação cada vez mais justa. É, certamente, o que estamos fazendo juntos. E tenho certeza de que poderemos fazer muito mais.

Meu caro Paulinho Vanucchi,
Meus companheiros do Conanda,
Minha companheira Cacá,
Meu caro Agenor,

Eu penso que nós estamos diante de um tema extremamente delicado e, eu diria, extremamente prioritário para o Estado brasileiro. Vocês sabem que em toda política para a juventude que nós fizemos, depois da elaboração de um projeto que fizemos ainda quando estávamos no Instituto Cidadania, nós criamos alguns programas, é verdade que dispersos entre si, e que teremos que juntá-los todos num programa só, para cuidar da juventude brasileira, que vai do ProJovem, que em Recife tem uma experiência muito exitosa, feita pela Prefeitura de Recife, à Escola de Fábrica, ao Consórcio da Juventude, apenas alguns programas, todos eles visando recolher jovens da periferia entre 16, 17, 24 anos, que não concluíram o ensino fundamental, para que a gente possa fazê-los voltar a estudar, recebendo uma pequena ajuda de custo, que varia de 100 reais a 150 reais, para que ele aprenda uma profissão para adentrar no mercado de trabalho. Vocês sabem que nós decidimos fazer primeiro com as capitais, e a minha surpresa é que, depois de mais de 200 mil vagas disponibilizadas para as prefeituras, não foram todas as prefeituras das capitais que preencheram as vagas que nós colocamos. Ou seja, possivelmente tenhamos cometido erros de não ter procurado outras entidades da sociedade civil para arregimentar essas crianças, fizemos acordos, muitas vezes com



prefeituras, e nós não conseguimos lotar. Eu poderia dar dois exemplos aqui, a capital de São Paulo, onde nós disponibilizamos 30 mil vagas, e acho que não chegou a 10 mil, e a capital do Rio de Janeiro, onde nós colocamos 30 ou 25 mil vagas e que também não conseguiu preencher. Possivelmente porque – sem crítica nenhuma – pode ser que as prefeituras não estivessem preparadas para cumprir uma função como essa. Isso, certamente, precisa ser corrigido num futuro muito próximo.

Eu, particularmente, estou convencido de que é preciso um trabalho, Paulinho, em duas frentes: uma, é a gente cuidar de recuperar o adolescente. E a outra, é a gente tratar de recuperar a família quando ela ainda existe. E por que a família? Porque eu acho muito mais difícil a gente recuperar uma criança ou um adolescente para uma vida e um convívio normal na sociedade fora da família do que dentro da família. Até porque, muitas vezes, o problema que originou a criança a sair do caminho certo e cair num caminho marginal é a própria família. Então, nós não vamos consertar isso com a polícia, nós não vamos consertar isso com a Febem, nós não vamos consertar isso com palmatória, nós não vamos consertar isso com punição. Ou seja, nós vamos consertar isso na medida em que a gente combinar uma política correta para, concomitantemente, tentar recuperar o jovem, dando a ele condições, mas tentar restabelecer o convívio dele com a família e, às vezes, primeiro recuperar a própria família. Eu tenho dito que fica muito mais barato você colocar assistentes sociais pelo Brasil inteiro para cuidar das famílias, pagando uma quantia para que ela possa recuperar a mãe e a mãe, junto, ajudar a recuperar o filho, do que você achar que, trancafiando na Febem e colocando alguém com cassetete na porta para tomar conta, estará resolvido o problema. Pelo contrário. Eu estou convencido de que esses institutos todos, por melhor intenção que tenham com a punição, elas terminam virando uma fábrica de produzir pessoas, que poderiam ser recuperadas, em verdadeiros bandidos.

Nós chegamos a uma situação na sociedade brasileira em que esse



problema não é do presidente da República, não é do governador, não é do prefeito, é um problema que foi gestado por um conjunto de erros que, ao longo de décadas, se acumulou na sociedade brasileira. Direto e indiretamente uns têm mais culpa do que outros, mas, no fundo, no fundo, todos nós temos uma pequena parcela de responsabilidade. Recuperar isso será muito mais fácil se a gente compreender que se nós não resolvermos o problema de degradação da estrutura da sociedade brasileira, a partir da família, nós não conseguiremos recuperar o restante. E não é apenas a pobreza, eu dizia na minha sala para o Paulinho. Se pobreza levasse a gente a cair, a cometer delitos, eu não seria hoje presidente da República. O problema é que se família está desestruturada, se pai e mãe brigam dentro de casa, se a situação social é muito grave e os pais não têm a sensatez de evitar que as coisas aconteçam, deformando a visão do próprio filho, tudo fica muito mais difícil.

Eu falo sempre o seguinte, como exemplo: minha mãe teve a coragem de se separar do meu pai e levar com ela oito filhos, sozinha, nenhum tinha uma profissão, eu e quatro irmãos não tínhamos idade para trabalhar, e ninguém deixou de virar pessoas trabalhadoras. E a que eu credito isso? Eu credito isso à estrutura moral da minha mãe, eu credito isso à estrutura moral de uma mãe que sabia cuidar dos filhos, como milhões de mães sabem cuidar.

Então, se nós não pegarmos, Paulinho, um conjunto de dificuldades que nós enfrentamos e colocarmos tudo dentro de uma cesta básica de problemas, e tentarmos saber em que momento a gente vai fazer esse prato de soluções, vai ficar muito mais difícil, porque ainda hoje, em muitos lugares do Brasil, qualquer hora em que você fale em aplicar dinheiro numa escola, as pessoas dizem que você está gastando dinheiro, quando, na verdade, o dinheiro que a gente não colocar para melhorar a educação de uma criança hoje, nós vamos gastar amanhã para construir um prédio da Febem ou para construir uma cela na cadeia, e vai ficar muito mais caro e socialmente muito mais injusto.

Então, eu queria dizer para vocês o seguinte: vocês apresentaram um



documento volumoso, que é o resultado do trabalho de vocês. Certamente aqui tem, senão todas, tem grande parte das soluções dos problemas que nós temos que enfrentar.

Então, eu queria, no lugar do Paulinho Vannuchi, deveria ser ele a assumir, dizer o seguinte: olhe, o momento e a época do ano nunca é boa para a gente dizer isso, mas eu estou falando aqui, como presidente da República. Eu ainda tenho quatro meses de mandato, e em quatro meses a gente pode fazer muita coisa, pode preparar projetos de lei, tirar as divergências que existem e deixar as coisas preparadas para quem quer que seja, daqui a um, daqui a dois meses, daqui a 10 anos, que governe este País, para que a gente tenha uma estrutura que nos permita encontrar soluções da forma mais racional e mais democrática possível.

Eu digo, todo santo dia: num país que acumulou, ao longo de tantos anos, a quantidade de problemas que o Brasil acumulou, não teremos soluções para todos eles se trabalharmos apenas com a racionalidade do nosso cérebro. Nós temos que trabalhar, sobretudo, com uma mistura: racionalidade do cérebro e um pouco da emoção do nosso coração, senão não teremos soluções para enfrentar os problemas que temos pela frente.

Eu acho que vocês tiveram a sabedoria, primeiro, de conviver democraticamente na produção de um texto. E, agora, muito mais democraticamente, enfrentando todos os debates que tivermos que enfrentar, nós vamos ter que começar a encontrar as soluções para esses problemas.

Só posso dizer uma coisa para vocês: tenham-me como parceiro. Muito obrigado.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita ao Brasil do primeiro-ministro de Portugal, José Sócrates

Palácio do Planalto, 9 de agosto de 2006

Excelentíssimo senhor José Sócrates Carvalho Pinto, primeiro-ministro da República Portuguesa,

Doutor Luiz Felipe Marques Amado, ministro de Estado de Negócios Estrangeiros de Portugal,

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, ministro de Estado interino das Relações Exteriores,

Senhores integrantes da delegação portuguesa,

Senhores integrantes da delegação brasileira,

Meus amigos e minhas amigas,

É um prazer muito especial receber pela primeira vez no Brasil o meu amigo, primeiro-ministro José Sócrates. O Primeiro-Ministro e eu tivemos, hoje, a oportunidade de retomar o diálogo franco que começamos no ano passado, na cidade do Porto, e que aprofundamos mais recentemente, durante a Cúpula de Viena.

Durante minha visita de Estado a Lisboa, ainda em 2003, deixei claro meu desejo de que nossas relações deixassem de ser apenas sentimentais. Isso não significa esquecer essa dimensão do nosso relacionamento. Portugal e Brasil são unidos por laços permanentes de amizade e história. O carinho com que sempre fui recebido em Portugal é prova disso.

Vejo, com grande satisfação, o quanto avançamos em nosso intercâmbio, nesses últimos anos. O comércio entre os dois países superou, em 2005, 1 bilhão e 200 milhões de dólares, ou seja, dobrou em poucos anos.



Confio em que a inauguração, em junho, do Centro Distribuidor da APEX, em Lisboa, ajudará a diversificar a pauta de exportações brasileiras, de forma a incluir produtos de maior valor agregado. Ao mesmo tempo, a instalação de um centro virtual de distribuição de produtos portugueses no Brasil contribuirá para tornar nossas trocas mais equilibradas. Temos consciência de que o comércio é uma via de mão dupla, em benefício dos dois lados.

Multiplicou-se também a confiança dos empresários nessa parceria. Portugal é hoje o sétimo maior investidor no Brasil, com um estoque de capitais de 8 bilhões de dólares. Com a retomada do crescimento econômico e a necessidade de ampliar e modernizar a infra-estrutura brasileira, abrem-se novos horizontes de negócios.

Sei que os empresários portugueses estão atentos aos esforços do governo brasileiro para criar um novo marco regulatório no País, sobretudo em setores em que Portugal detém larga experiência, tais como turismo, construção civil e serviços. A expressiva delegação empresarial que acompanha o Primeiro-Ministro é prova desse interesse. Parcerias entre empresas portuguesas e brasileiras em áreas de ponta ajudarão nossas economias a ganhar escala e competitividade no mercado global.

Já é realidade a associação entre a Embraer e a Indústria de Aeronáutica de Portugal. Juntos, estaremos aptos a atuar no exigente mercado aeronáutico europeu. A Petrobras e a GALP estão unindo esforços na prospecção de petróleo em águas profundas, segmento em que o Brasil tem muito a oferecer.

Como ex-ministro do Meio Ambiente, o meu amigo Sócrates bem conhece a urgência de encontrarmos alternativas energéticas limpas, baratas e renováveis. Estou seguro de que a experiência pioneira do Brasil no campo dos biocombustíveis, com destaque para o etanol e biodiesel, oferece amplo campo para ações conjuntas, inclusive em operações triangulares com países africanos.



Meu querido Primeiro-Ministro,

A parceria entre Portugal e Brasil tem como ponto de partida o espírito empreendedor de nossos povos e sua vocação solidária. Assim como os milhões de portugueses que vieram ajudar a construir a grandeza desta nação, hoje brasileiros contribuem para forjar o Portugal moderno.

Durante a última Copa do Mundo, o nosso “Felipão”, à frente da seleção portuguesa, personificou essa associação virtuosa entre portugueses e brasileiros. Foi com esse espírito que assinamos, em 2003, o acordo para regularizar a situação de milhares de brasileiros residentes em Portugal. Reconheço o empenho do governo de José Sócrates para implementar esses compromissos. Hoje, mais da metade dos brasileiros já dispõe de contrato de trabalho. Não descansaremos até que toda a comunidade brasileira possa viver e trabalhar com dignidade em Portugal.

O instrumento que acabamos de assinar, em matéria de seguridade social, é mais um passo para garantir que cidadãos portugueses e brasileiros usufruam dos merecidos frutos de seu trabalho num ou noutro país.

Senhoras e senhores,

A ação internacional de Portugal e Brasil se orienta por um mesmo conjunto de valores. Temos um compromisso fundamental com o respeito aos direitos humanos e a democracia. Estamos empenhados no fortalecimento do multilateralismo e na defesa do direito internacional como instrumentos de promoção da paz e segurança. Temos a firme convicção de que esses ideais são melhor resguardados no âmbito de processos regionais de integração.

Relatei a meu amigo Sócrates os excelentes resultados da reunião de Córdoba, do Mercosul. Nosso bloco ganhou novo impulso com o ingresso da Venezuela. Ele torna-se cada vez mais um projeto estratégico para nossos países. Estamos agora engajados em equacionar as assimetrias, promover a coesão social na região e dar nova densidade institucional ao Mercosul. A próxima instalação do Parlamento regional reafirmará a legitimidade,



pluralidade e o equilíbrio institucional do bloco.

O Mercosul só tem a ganhar com o avanço das negociações com a União Européia. Contamos com o apoio de Portugal para que se chegue a esse acordo de grande significado econômico e estratégico para nossas regiões. Sigo convencido de que, com pragmatismo e flexibilidade, podemos concluir nossa associação inter-regional até o final de 2006.

Sobre a Rodada Doha da OMC, minha avaliação é conhecida. Há somente uma explicação possível para o impasse nas negociações comerciais multilaterais: a falta de vontade política. O Brasil segue empenhado na busca de uma conclusão exitosa da Rodada. Aceitar o fracasso implica grandes prejuízos para o sistema multilateral de comércio como um todo. Não podemos perder essa oportunidade histórica de melhorar as condições de vida de milhões de pessoas nos países mais pobres.

Nos dias 9 e 10 de setembro, no Rio de Janeiro, realizaremos nova Reunião de Alto Nível do G-20 para discutir alternativas e reiterar nosso compromisso com a conclusão da Rodada, com base em resultados ambiciosos e equilibrados.

Os membros da OMC devem continuar engajados nas discussões sobre como fazer avançar o processo. É fundamental que cada um faça a sua parte, de acordo com as suas capacidades. O Brasil está fazendo a sua, mas os grandes gestos têm que vir agora dos países ricos.

Conversamos também sobre a grave crise no Oriente Médio. O Brasil reúne o maior número de libaneses e descendentes fora do Líbano, ao mesmo tempo em que abriga expressiva comunidade judaica. É motivo de orgulho para nós a convivência harmoniosa entre árabes e judeus em nosso País.

Manifestei claramente a posição do Brasil aos principais atores envolvidos e à comunidade internacional como um todo. Repudiamos o terrorismo, não importa sob que justificativa. Mas não podemos deixar de condenar a reação desproporcional e o uso excessivo da força que vem



resultando na morte de civis, inclusive mulheres e crianças, e na destruição da infra-estrutura do Líbano. Considero fundamental que o Conselho de Segurança atue com urgência para pôr fim ao conflito. Reiterei, ainda, o apoio do Brasil a iniciativas diplomáticas que contribuam para a cessação imediata das hostilidades.

Conversamos também sobre a recente comemoração, na Guiné Bissau, do décimo aniversário da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Mencionei o forte apoio do Brasil nos preparativos daquela Cimeira. Concordamos que a CPLP tem papel crucial na construção de um mundo multipolar e pluralista. A cultura e língua portuguesas, por sua universalidade, muito podem contribuir para que os povos dos países-irmãos da África e do Timor Leste também possam prosperar neste mundo cada vez globalizado.

Sobre o Timor, enfatizei a disposição brasileira de continuar a colaborar para a construção de um Estado soberano, próspero, estável e democrático. E sublinhei o compromisso assumido pelo Brasil de aprofundar o programa de cooperação oferecido ao povo timorense.

Enfim, fico muito feliz com a visita do primeiro-ministro José Sócrates ao Brasil. As inúmeras convergências que existem entre Portugal e Brasil abrem possibilidades inesgotáveis para nossa cooperação econômica, política e cultural.

Como dizemos no Brasil, meu caro Primeiro-Ministro, sinta-se em casa, pois Brasil e Portugal formam, há mais de 500 anos, quase uma única pátria.

Muito obrigado.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de contratos de concessão de usinas hidrelétricas com empreendedores

Palácio do Planalto, 15 de agosto de 2006

Eu não ia falar, mas o Silas me provocou e eu vou falar. Eu queria até fazer uma pergunta para o Silas, para saber se é verdade que já houve o enterro da indústria do apagão. Eu estou perguntando para o Silas porque esse gesto de estarmos hoje, aqui, assinando sete contratos, poderiam ser nove e não sete. Na última hora, duas liminares impediram que mais duas hidrelétricas tivessem os seus contratos assinados e isso pode nos dar um prejuízo, se levarmos em conta a energia que vamos ter que produzir com termelétricas, de 190 milhões de reais a mais.

Eu penso, Silas, que nós precisamos fazer um trabalho mais profundo. Primeiro, porque certamente nem todo mundo tem consciência do que significa a gente não estar assinando dois contratos hoje. E eu penso que é preciso uma atuação conjunta, não só junto a instituições como o Ministério Público, as ONGs, as áreas de meio ambiente, o Poder Judiciário, para que a gente possa criar uma consciência no Brasil de que o País não pode prescindir de energia elétrica.

Eu sei que, muitas vezes, nós ficamos procurando o culpado. O culpado, na verdade, possivelmente seja todo o conjunto do arcabouço da legislação que nós temos no Brasil, que permite que todos nós, ou que cada um interprete do jeito que melhor lhe convém, e isso pode significar um prejuízo enorme para o País.

Eu acredito que, da parte dos empresários brasileiros, da parte dos trabalhadores brasileiros, portanto, dos consumidores brasileiros, nós não queremos voltar ao tempo do apagão. Até porque o apagão seria um anúncio



muito forte, para qualquer investidor estrangeiro ou brasileiro não fazer novos investimentos. Afinal de contas, a energia é a base da industrialização de um País. Se não tiver energia para vender, seja ela gás, seja ela de biomassa, seja ela hidrelétrica, seja ela de qualquer jeito, mesmo a óleo diesel, se nós não tivermos o que oferecer, nós teremos pouca chance de trazer investidores para cá.

Bem, eu senti, no pronunciamento do meu amigo Silas, que pelo menos nós já garantimos que até 2010 não haverá apagão. Não só por causa dos contratos firmados hoje, mas também pela capacidade de muitos de vocês de fazerem as linhas de transmissões que precisavam ser feitas no Brasil, e não foi pouca coisa o que já foi feito de linha de transmissão.

Mas nós temos três desafios pela frente, agora. Eu sei que é a angústia do Ministro de Minas e Energia, sei que deve ser a angústia dos empresários do setor e deve ser uma angústia maior minha, que são as hidrelétricas que nós precisamos construir no Brasil. Nós temos duas importantes, no Rio Madeira, que é um megaprojeto de hidrelétrica. Nós temos Belo Monte, que vem se arrastando ao longo de anos e anos, e que nós precisamos encontrar uma solução definitiva para isso: ou pode fazer ou não pode fazer e vamos procurar outra solução.

Eu estou convencido de que nós vamos conseguir fazer as três hidrelétricas. Já hoje pela manhã eu tive uma reunião com o Presidente do Ibama, marquei com a ministra Dilma uma reunião para a próxima semana, em que nós vamos tentar reunir, numa única mesa, Ministério Público, Ibama, Meio Ambiente, Minas e Energia, Presidência da República, Casa Civil, ou seja, tentar envolver todos os setores que direta ou indiretamente têm alguma incidência sobre esse projeto, para que a gente possa dizer ao Brasil: nós vamos fazer, ou dizer ao Brasil, nós não vamos fazer. Porque, muitas vezes, há disposição política do governo de fazer, muitas vezes há interesse dos empresários de fazer, e muitos querem fazer, a sociedade brasileira espera



que nós fazamos, muitas vezes o Ministério do Meio Ambiente quer que faça, muitas vezes o Ibama quer que faça, muitas vezes o Ministério Público quer que faça. Mas, às vezes, basta uma pessoa entrar com uma ação, que esse conjunto de desejos fica soterrado por alguns meses e, por que não dizer, por alguns anos.

Nós, Silas, vamos, na semana vem, fazer essa reunião. E eu espero que a gente possa garantir ao povo brasileiro, da mesma forma que você anunciou aqui o enterro da indústria do apagão e a garantia, até 2010, de que nós vamos ter a energia necessária, que a gente possa garantir até 2015, até 2020, porque quanto mais garantia nós dermos na questão energética, mais estaremos atraindo investimentos novos para o Brasil e mais novas indústrias irão se implantar no Brasil.

Eu quero, companheiro Silas, que você comece a preparar tudo o que diz respeito no Ministério de Minas e Energia, para que a gente não perca a oportunidade. Obviamente que nós temos aí 50 dias ou 60 dias com o processo eleitoral, não vamos mexer nisso nesse período. Mas o Brasil não pode mais sofrer apagão, até porque, quando tem apagão, quem paga o pato são aqueles que produzem, são os empresários que pagam a conta, são os trabalhadores que pagam a conta e, sobretudo, o País, que sofre um retrocesso no seu crescimento econômico.

Por isso, eu quero dar meus parabéns aos empresários que firmaram contrato hoje. Eu lembro que quando começamos a discutir o novo marco regulatório do setor energético, quanta confusão deu, quantas dúvidas, quantas inquietações. Esse marco regulatório está consolidado, essa assinatura de contrato é a demonstração da confiança que vocês estão tendo na nova regulamentação e, daqui para frente, a tendência normal e natural é a gente fazer com que o Brasil produza cada vez mais energia nova e, de preferência, cada vez mais a gente possa vendê-la a um preço mais barato ao consumidor brasileiro.



Muito obrigado e boa sorte a todos vocês!



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita ao Banco do Brasil

Brasília - DF, 16 de agosto de 2006

Meu caro Rossano, presidente do Banco do Brasil,

Meu caro companheiro Paulo Bernardes, ministro do Planejamento, e bancário do Banco do Brasil,

Minha querida companheira Marisa,

Senhor vice-presidente do Banco do Brasil,

Funcionários e funcionárias do Banco do Brasil,

Meus amigos e amigas participantes do IV Fórum de Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental,

Meus amigos e minhas amigas,

Rossano, na verdade, eu não esperava que fosse ter uma mesa e que nós fôssemos falar alguma coisa. Mas eu penso que a minha visita aqui hoje, eu já fui à Caixa Econômica Federal e pretendo visitar outras empresas públicas brasileiras, primeiro porque não é hábito dos presidentes da República visitarem as instituições. Não há o hábito cultural dos presidentes visitarem porque, muitas vezes, as pessoas pensam que isso não tem importância. E eu vim ao Banco do Brasil um dia depois do anúncio de que o Banco teve um lucro muito importante para a sua história. Possivelmente, Rossano, algumas pessoas possam estar dizendo: “mas não é possível o Banco do Brasil ter lucro, o Banco do Brasil não foi feito para isso”. Essas mesmas pessoas deveriam ter dito, em outros momentos da história do Banco do Brasil, que o Banco do Brasil também não deveria ter prejuízo, e não foram poucas as vezes que as manchetes da imprensa, sobretudo na época da sanha das



privatizações, publicavam manchetes em letras garrafais, falando dos prejuízos do Banco do Brasil. Isso, na perspectiva de dizer: “olha, o Banco do Brasil, não interessa se ele é um banco público, temos que privatizá-lo definitivamente, porque ele dá prejuízo”.

É com muito orgulho que eu recebo a notícia de que o Banco do Brasil está tendo lucros, todo ano, nos últimos anos. O que é mais importante é que essa é uma mudança importante, porque as pessoas vão tendo consciência de que o Banco do Brasil estará muito mais forte para fazer políticas sociais, quanto mais dinheiro ganhar. Está provado, também, que o Banco do Brasil não precisa emprestar muito dinheiro para poucos para ganhar. Ele pode emprestar pouco dinheiro para muitos e o resultado disso significa um ganho extraordinário para o Banco do Brasil.

Eu estava vendo esse filme que o nosso companheiro do Banco do Brasil passou, o Luís Osvaldo, e eu me lembro de duas coisas que aconteceram comigo e com o Banco do Brasil. Em 2003, quando nós anunciamos o Pronaf, no mês de agosto me ligou um presidente da CUT, que então era o Luiz Marinho, dizendo: “Presidente, tem um problema no Pronaf, porque no estudo comparativo que nós fizemos na área rural, até agora, no mesmo período foi liberado menos dinheiro no seu governo do que no governo passado, em outros anos”. Eu, então, liguei para o presidente do Banco do Brasil da época e falei: olha, eu queria saber o que está acontecendo, porque nós dobramos o dinheiro disponibilizado e o dinheiro não está chegando. Ele me disse que tinha havido um erro nas máquinas do Banco do Brasil, nos computadores, no sistema, essa coisa com que tanto vocês sabem lidar, e que também tinha o problema que em muitas cidades pequenas, sobretudo de outros estados que não o Sul do País, os bancos não estavam mais preparados para cuidar das pessoas que pegavam pequenos empréstimos, 1,5 mil, dois mil, mil reais. Eu disse para ele: não é possível, nós colocamos dinheiro disponibilizado, nós queremos nacionalizar o Pronaf, que não pode ser



uma coisa do Sul e do Sudeste, porque o Pronaf, quem cuida disso no banco sabe, quando se anunciava uma quantia em dinheiro, os dois estados do Sul, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, por estarem mais organizados em cooperativas, pegavam 80% do dinheiro. O dinheiro chegava um pouquinho no Paraná, um pouquinho em São Paulo e daí para frente não tinha mais Pronaf.

Bem, eu sei que as coisas foram consertadas, e vou dar o exemplo porque foram consertadas. Num tempo desses, há pouco menos de 20 dias, eu estava numa região do País, falando de agricultura familiar, e um trabalhador falou assim para mim: “Presidente, eu queria lhe dizer uma coisa, o Banco do Brasil agora recebe gente de sandália como eu e eles me mandam sentar numa cadeira para ser atendido”. Para quem mora em Brasília, para quem mora em São Paulo, Rio de Janeiro, isso parece pouco, mas para milhões de brasileiros que estavam habituados a passar na porta do banco e não saber se podia entrar ou não, se ele seria bem recebido ou não, é um valor para ele entrar num banco, é uma revolução cultural na cabeça dele, além de uma revolução financeira, porque ele vai conseguir o empréstimo dele.

Então, veja, dois momentos em que eu fico sabendo que em alguns lugares o pessoal não estava mais preparado para atender o pobre, e um outro momento em que um pobre me diz que passou a ser atendido como cidadão de primeira categoria no Brasil. Se não bastasse isso, se você não sabe, a Caixa Econômica Federal, sabe, o BNDES sabe, o BNB e o BASA sabe, eu só os chamo para reunião para perguntar se as coisas podem melhorar. Em todos esses anos que convivemos, eu nunca pedi a nenhum deles que colocasse um faxineiro, um ascensorista ou um assessor. Eu os chamo para discutir: é possível baixar um pouco mais a taxa de juros? É possível facilitar o crédito para as pessoas terem acesso? É possível a gente fazer com que mais gente tenha acesso ao sistema bancário? Porque a inclusão bancária é um valor incomensurável que a gente, que já nasce com uma continha em banco, não



tem dimensão. Mas uma pessoa que entra pela primeira vez e abre uma conta, é uma conquista que muitas vezes nós não damos valor.

O Banco do Brasil, entre o microcrédito, o Pronaf e crédito consignado, disponibilizar 25 bilhões de reais, não é pouca coisa. O Banco do Brasil ter a aderência de mais 920 mil correntistas, isso explica porque muita gente ficou perplexa quando os números começaram a aparecer. E as pessoas estão tendo acesso a coisas que antes não tinham. Eu me lembro que um dia desses, conversando com uma pessoa no Ceará, do BNB, ele me disse: “Presidente, esse negócio das estatísticas que vocês usam, o povo está sentindo na pele que as coisas estão melhorando, que está tendo acesso, está conseguindo chegar a um banco público e ser atendido, ele está conseguindo levar o dinheiro e fazer aquilo que ele pretende fazer”.

Eu venho aqui, Rossano, para dizer para vocês o seguinte: primeiro, ninguém mais chamou vocês de marajás, nunca mais você ouviu ninguém do governo descarregar em funcionários do Banco do Brasil, o discurso de que eles ganham bem, porque nós aprendemos que bons funcionários precisam ser bem pagos porque é preciso que se tenha bom retorno para o País; segundo, nós aprendemos que estamos num mundo em que a competição é uma das possibilidades da nossa sobrevivência. Uma competição em que, de um lado fazemos a competição tal como o mercado exige que a façamos, mas de outro lado, o Banco do Brasil não perdeu a sensibilidade de que com um pouco desse ganho que fazemos na disputa do mercado nós temos que fazer algo diferenciado para justificar os quase 200 anos de existência do Banco do Brasil.

Quero dizer para vocês, que se depender da minha vontade, enquanto eu for vivo, eu quero ver todo ano notícia de que o Banco do Brasil ganhou um pouquinho de dinheiro a mais. Triste será o dia em que uma manchete sair: “Banco do Brasil teve prejuízo e o Tesouro vai ter que aportar dinheiro para salvar o Banco do Brasil”, como aconteceu muitas vezes.



Então, eu quero que vocês saibam que eu estou aqui, estou feliz, como presidente da República Federativa do Brasil, e estou aqui como cliente do Banco do Brasil. Estou aqui para dizer para vocês: este Banco foi, é, e por muito tempo, se continuar com a política correta, será motivo de orgulho para o povo brasileiro. E, muito mais importante do que isso: quanto mais vocês acertarem, mais o Banco do Brasil será referência para o funcionamento do Sistema Financeiro brasileiro.

Deus queira que por muito tempo o Banco do Brasil continue sendo a referência que o Sistema Financeiro precisa para fazer política de financiamento, política de captação e, sobretudo, um pouquinho de política social, que é o que dá mais resultado.

Meus parabéns e muito obrigado a todos vocês.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Congresso Interamericano de Educação em Direitos Humanos

Brasília - DF, 31 de agosto de 2006

Eu quero cumprimentar, primeiro, o nosso querido companheiro, secretário especial dos Direitos Humanos e coordenador do Congresso Interamericano de Educação em Direitos Humanos, nosso companheiro Paulo Vannuchi, em nome de quem eu cumprimento todos os integrantes da Mesa,

O nosso querido companheiro Luiz Dulci,

Quero cumprimentar os nossos companheiros e companheiras integrantes das delegações estrangeiras,

Quero cumprimentar os representantes das entidades governamentais e não-governamentais ligadas aos direitos humanos,

Quero cumprimentar os conferencistas que vão, nestes próximos dias, debater o assunto,

Meus companheiros e minhas companheiras,

Na condição de presidente da República e intransigente defensor da democracia, estou profundamente honrado em participar deste Congresso Interamericano de Educação em Direitos Humanos. Aqui posso encontrar, afinal, representantes de governos, de universidades, da sociedade civil e de muitos países que, como o nosso, viveram períodos de autoritarismo, violência e cerceamento das liberdades individuais.

Debater uma estratégia conjunta para a educação e direitos humanos é contribuir, decisivamente, para que esses períodos cinzentos da nossa história continuem no passado, para que sejam lembrados, e jamais se repitam. Na escola, no trabalho, em casa, na rua, onde quer que estejamos, precisamos ensinar e disseminar os conceitos básicos da questão dos direitos da pessoa humana.



Antes de tudo, os princípios da democracia: liberdade, diversidade, participação e solidariedade. Também é um combate sem tréguas nem concessões à discriminação, ao racismo, à intolerância, à censura, à tortura, à perseguição por credo religioso ou político.

Educar as crianças, os jovens e todos os segmentos da população sobre a importância de defender os direitos humanos é criar um antídoto contra a violência, o autoritarismo e a opressão. Além de tudo, é por meio da educação que poderemos mostrar à sociedade o que fazem e como são importantes as entidades e as estruturas de Estado que defendem os direitos humanos. Precisamos vencer os preconceitos e as idéias equivocadas sobre o tema.

Defender os direitos humanos é defender o cidadão desprotegido, é lutar contra toda e qualquer forma de violência. E quando a sociedade assimila esses conceitos e essa cultura, passa a defender melhor os seus cidadãos contra todas as ameaças e arbitrariedades, não importando a sua origem.

Minhas amigas e meus amigos,

O Brasil conta hoje, felizmente, com milhares de militantes organizados em mais de 400 entidades que defendem incansavelmente os direitos da pessoa humana. Estou falando de pessoas lutadoras e desapegadas, que muitas vezes arriscam a própria vida para defender a dignidade dos setores menos favorecidos da nossa população. Essas entidades e esses militantes estão sendo fundamentais no processo de conscientização da população brasileira sobre o tema. Graças à sua mobilização, também o Estado vem se tornando cada vez mais permeável à cultura dos direitos humanos, ao longo dos anos.

Tenho, desde o início do meu mandato, me esforçado para aprofundar a interlocução com esse setor da sociedade civil e, em parceria com ele, possibilitar que o Brasil avance cada vez mais no tratamento da educação em direitos humanos. Uma de nossas primeiras ações foi adotar, no Brasil, as recomendações da ONU relativas à Década da Educação em direitos



humanos.

Mesmo tendo apenas dois anos para implantar as ações, pois a Década, segundo a ONU, estava compreendida entre os anos de 1995 e 2004, conseguimos cumprir a agenda. Em 26 encontros estaduais, com a participação de mais de 5 mil representantes do poder público e da sociedade civil, realizamos uma consulta nacional para a revisão do plano nacional para a área. Criamos comitês estaduais de educação em direitos humanos, montamos a Secretaria Especial e Coordenação-Geral de Educação em Direitos Humanos. O Ministério da Educação criou o seu comitê de direitos humanos. Realizamos também um seminário de capacitação dos comitês estaduais de educação e direitos humanos e assinamos um convênio de cooperação com a Unesco para implementar o plano.

Estou certo de que sem a participação da sociedade civil brasileira e sem a interlocução e troca de experiências com entidades dos países das Américas, não teríamos conseguido implantar uma agenda tão ousada, em tão pouco tempo.

Quero portanto, agradecer a todos que se engajaram nesse processo, mostrando, mais uma vez, a importância das entidades de defesa dos direitos humanos para a promoção da justiça em nosso País.

Minhas amigas e meus amigos,

Uma das seqüelas das ditaduras, onde quer que elas se instalem, é levar as pessoas a imaginar que a questão dos direitos humanos se restringe à luta pelas liberdades democráticas. Isso ocorre porque na batalha pela redemocratização é fundamental, antes de mais nada, reconquistar a liberdade. A liberdade de ir e vir, de expor os pensamentos, de ter opinião, de reivindicar, de constituir partidos políticos, de professar abertamente credos e crenças religiosas.

No Brasil, essa liberdade foi reconquistada há mais de 20 anos, as forças sociais organizadas perceberam o que haviam conquistado e passaram



a lutar pelo muito que ainda havia a conquistar. Foi por compreender os avanços e a solidez da democracia brasileira que tomamos, a partir de 2003, a decisão de tratar a questão dos direitos humanos de forma muito mais ampla e abrangente. A defesa dos direitos humanos passa pelo combate à fome e à miséria, pela existência de políticas públicas estruturadas, que aumentem os padrões de bem-estar e reduzam as desigualdades sociais.

Nós entendemos que é um dever do Estado prover os cidadãos do seu país dos direitos de que é merecedor, por tudo o que esse cidadão significa. Por essa razão, criamos o programa Fome Zero, que por meio do programa Bolsa Família está possibilitando mais de 11 milhões de famílias a exercerem o sagrado direito de realizar três refeições ao dia. Com o mesmo propósito, alinhamos nossas políticas econômicas e sociais para possibilitar a criação de milhões de empregos, garantindo também o exercício do direito ao trabalho. Essas ações, e muitas outras, estão contribuindo para que o Brasil se torne um país cada vez menos desigual, onde a crescente justiça social se torne uma das principais garantias para que os direitos humanos sejam, de fato, respeitados. Da mesma forma que as contribuições da sociedade civil foram e estão sendo fundamentais para a elaboração e a execução dessas políticas, sua participação é necessária para que elas se aprofundem cada vez mais. É a parceria, afinal, que fortalece a luta por sociedades mais justas e mais democráticas, e é ela que permite enfrentarmos os muitos desafios no que se refere à educação em direitos humanos.

Meus companheiros e companheiras,

Eu acredito que todos vocês que militam na defesa dos direitos humanos, não importa em que segmento social ou em que área do nosso Planeta, do nosso Continente ou do nosso País, têm em conta que nós avançamos muito sobre a questão dos direitos humanos. Até porque muitas coisas que nós precisamos e queremos conquistar não dependem apenas de uma lei, dependem, sobretudo, do aperfeiçoamento da qualidade democrática



da nossa massa encefálica para que a gente possa primeiro mudar a nossa cabeça e, depois, ir mudando a cabeça dos outros para, depois, todos nós estarmos de cabeça feita.

Eu me lembro que houve um tempo em que direitos humanos era visto pela sociedade apenas como uma coisa para defender presos políticos. No Brasil, eu não sei se em outros países, muitas vezes os setores mais atuantes da Igreja Católica eram condenados e acusados – Margarida Genevois está aqui – eram acusados de defender bandidos, direitos humanos significava defender bandidos. Eu me lembro de um dia em que eu estava numa cidade cearense, chamada Quixeramobim, visitando uma comunidade de pequenos agricultores, e lá eu me dei conta de uma coisa, que eu já sabia, mas que nunca tinha me dado conta, para politizar o assunto. E chamei, na época, o representante da OEA, um brasileiro que estava na Comissão de Direitos Humanos, e eu disse para ele que era urgente que as Organizações dos Estados Americanos e a ONU colocassem a questão da fome como uma questão de direitos humanos, que colocassem a questão da miséria absoluta como uma questão de direitos humanos. Por quê? Não adianta você ter a Constituição mais perfeita do mundo, onde todos os direitos estão garantidos, se na prática do dia-a-dia aquela Constituição não dá respostas às necessidades básicas e vitais da nossa sociedade.

Eu penso que para dar cumprimento à legislação avançada, que nós já temos no Brasil, nós resolvemos dotar, com políticas práticas, medidas que possam permitir que as pessoas possam comer três vezes ao dia porque, sem esse direito, nenhum outro mais estará garantido. Ou seja, se a pessoa não puder tomar café de manhã, almoçar e jantar, essa pessoa vai ser, no máximo, uma pessoa omissa em todas as coisas que aconteçam na sua comunidade e no seu país, porque ela não tem força para pensar, ela não tem força para reclamar, ela não tem força para se organizar e, sobretudo, ela não tem força para estudar.



Uma criança com fome não conseguirá aprender na escola, porque a inteligência da sua cabeça ficará brigando o tempo inteiro com o fato de sua barriga estar doendo, ocupando mais espaço da sua inteligência, com a preocupação do seu estômago, do que com o livro que estará na sua frente.

No Brasil, nós conseguimos alguns avanços. Ainda temos muito para avançar, mas uma coisa está clara para nós: o grande legado que um governo pode deixar para o seu povo não é uma realização apenas, mas uma mudança do patamar de relação – eu tenho afirmado isso muitas vezes – entre o Estado e a sociedade. É criar as condições para que a chamada sociedade organizada, ou aqueles que vão se organizar, tenham espaços definitivos e determinantes na elaboração das políticas públicas que nós precisamos ter no Brasil.

Quando nós criamos a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, quando nós criamos a Secretaria da Igualdade Racial, quando nós criamos a Secretaria das Mulheres, não houve quem não fizesse críticas de que nós estávamos criando muitos Ministérios, e que era preciso diminuir os Ministérios. Pessoas insensíveis, que muitas vezes enxergam as nações apenas por alguns números da macroeconomia, e não percebem que uma nação é composta de homens, mulheres, crianças e velhos, vivendo com pressões diferentes. Graças à criação dessas Secretarias, hoje o Brasil pode se orgulhar de dizer, em qualquer país do mundo, que nós estamos começando a fazer as coisas que precisavam ser feitas. Graças a elas, nós acabamos de aprovar uma lei que penaliza fortemente aquele que agredir a mulher, não com pagamento de uma cesta básica, como era anteriormente, mas com a condenação de três anos de cadeia, e com a prisão em flagrante daquele que agredir a sua companheira dentro de casa, que nós sabemos, é a maioria das agressões existente no nosso País.

Graças a isso, nós conseguimos elevar de 8 para 9 anos o tempo de permanência das crianças nas escolas. Graças a essas Secretarias e a esse



movimento social nós conseguimos, junto com o Ministério da Educação, criar o ProUni e dar chance para 204 mil jovens, da periferia e da escola pública, chegarem à universidade brasileira. Graças a isso, nós mudamos a lei que proibia o governo federal de assumir a responsabilidade pela escola técnica profissional, desde 1998, e este ano vamos inaugurar 32 escolas técnicas.

Vocês sabem que eu descobri, já presidente da República, que no Brasil, para avaliar a educação de uma criança, se fazia um teste por amostragem, uma amostragem em 6 mil escolas, envolvendo 290 mil alunos apenas da 4ª série. Em 2004, eu disse ao ministro da Educação que era preciso a gente fazer, senão na totalidade, pelo menos num conjunto muito grande de jovens. No ano passado, nós fizemos essa aferição da qualidade do ensino, saímos de 6 mil escolas para 41 mil escolas, e saímos de 290 mil alunos para 3 milhões e 600 mil alunos da 4ª e da 8ª séries. E você sabe, Paulinho, que teve estados importantes que não participaram, São Paulo, por exemplo, não participou, que é o maior estado da Federação, possivelmente, com medo que a gente detectasse que a propaganda da qualidade da educação não fosse tão boa quanto se dizia. Não participou, a gente não conseguiu aferir. Mas aí teve a participação do estado no Enem, e o maior estado da Federação, o mais rico, ficou em 8º lugar, significando que, em termos de educação, nós estamos precisando melhorar muito o País.

Mas descobrimos coisas extraordinárias, ainda no campo da educação, para dar como exemplo a vocês. No Brasil nós não tínhamos Olimpíada da Matemática, na Argentina tinha mais do que no Brasil. No Brasil nós tínhamos por volta de 274 mil alunos que participavam da Olimpíada da Matemática. Eu, por acaso, fui convidado a participar de um prêmio de cinco jovens que tinham ganho prêmios internacionais. E, ali, me veio a idéia de que era possível fazer aquilo na escola pública, então decidimos fazer na escola pública. Como no Brasil tem pessoas que acordam e se deitam pessimistas, começaram a dizer: “Não dá, na escola pública não vai ter interesse, as crianças não vão



participar”. Sabe quantas se inscreveram? Onze milhões de crianças e adolescentes se inscreveram para participar da Olimpíada e 10 milhões e meio de crianças participaram ativamente. Dessas, nós descobrimos que temos pelo menos 30 mil gênios no Brasil, precisando apenas de oportunidade para aflorar a sua genialidade. Este ano, resolvemos fazer outra vez. Mas, pasmem, estamos num ano eleitoral, e a Justiça Eleitoral proibiu que nós fizéssemos um cartaz para colocar nas escolas, convidando as crianças, outra vez, para se inscreverem na Olimpíada da Matemática. Nós pensamos que ia ser um fracasso, sabe quantas se inscreveram? Quatorze milhões de crianças se inscreveram, outra vez. Agora, eu quero ver se estendem a Olimpíada para Português, para Geografia, ou seja, vamos tentar fazer com que essa Olimpíada seja uma espécie de motivação para as nossas crianças poderem estudar.

Eu acredito que se nós combinarmos no Brasil uma boa política de nutrição para as nossas crianças e, ao mesmo tempo, melhorarmos a qualidade da educação das nossas crianças... e para melhorar a educação das nossas crianças, o Dulci que é professor sabe, nós temos que melhorar a educação dos nossos professores. Para isso, nós criamos a Universidade Aberta e já temos convênios com 309 prefeituras para que na cidade, por menor que seja, desde que ela tenha um núcleo para que a gente monte um laboratório, os professores daquela cidade possam se reciclar e se aperfeiçoar na própria cidade, sem precisar da desculpa de que não conseguem se formar porque teriam que ir para a capital. A gente acredita que, dentro de alguns anos, nós estaremos fazendo uma revolução na educação neste País. Essa história de a gente continuar ouvindo alguns setores dizerem que tem criança burra e criança inteligente, eu, pelo menos, não aceito a idéia. Não aceito a idéia porque o que tem, na verdade, são crianças que têm oportunidades e crianças que não têm oportunidades; crianças que, muitas vezes, têm um pai e uma mãe em casa preparados para ensiná-las alguma coisa a mais do que



aprenderam na sala de aula, e crianças que têm pai e mãe analfabetos, que não conseguem sequer ajudar a criança a resolver um pequeno problema. E se nós sabemos que essa é a realidade do Brasil, nós temos que criar condições para que essas crianças pobres, que não tiveram a chance de ter uma entrada na escola mais cedo, tenham acesso à escola com tempo hábil, que essas crianças possam ter na própria escola o reforço necessário para que elas se sintam iguais e, aí, entra outra vez a questão dos direitos humanos na alimentação. Se essa criança não comer, essa criança vai aprender menos, se essa criança não ingerir vitamina “A”, essa criança vai ter dificuldade, vai ter deficiência visual, nunca será uma criança igual a outra na questão das oportunidades.

Então, o desafio para todos nós é uma definição, não para o curto prazo, mas para uma futura geração, sobre que país nós queremos deixar, sobretudo, os que já estão na minha idade, com 60, mas parecendo com 30, o que eu quero saber é que país eu vou deixar para os meus filhos e para os meus netos. Que educação nós vamos dar para eles, o que eles vão aprender na escola? Porque a questão dos direitos humanos, a questão do preconceito, a questão racial, tudo isso será vencido com mais facilidade se nós dotarmos, na nossa política educacional, a forma de ensinamento. Até na questão ambiental, uma criança aprendendo na escola, vai ajudar a educar o pai e a mãe que não tiveram oportunidade de ter esse aprendizado.

Esse é o desafio que está colocado para nós, esse é o desafio que está colocado para os amantes da democracia, dos direitos humanos, da melhoria da educação. Sem educação, a América Latina, a América do Sul e a África não sairão do patamar de eternos países emergentes ou países em via de desenvolvimento. Se a economia crescer e esse crescimento não for combinado com a distribuição de renda justa, para fazer valer a pena o crescimento da economia – nós já tivemos experiências no Brasil, certamente tivemos experiências em cada país da América Latina – se nós não tivermos a



compreensão de que o desenvolvimento que nós queremos para um país tem que estar ligado à melhoria da qualidade da educação e, conseqüentemente, à melhoria da distribuição de renda, nós poderemos crescer e não dar a resposta que a sociedade tanto precisa. Nós, no Brasil, temos essa experiência acumulada há muitas décadas.

Ontem, Paulinho, eu vi uma exposição de um cientista brasileiro, chamado Expedito Parente. Eu fui à CNI e ele fez uma explicação fantástica, para a qual eu nunca tinha atentado, ele é o inventor do biodiesel. Nós, ontem, fizemos um seminário e ele dizia uma coisa, ele perguntou: “Sabe por que o nordestino dança o xaxado, porque ao invés de levantar o pé, arrasta o pé? É para não gastar energia. Sabe por que o nordestino cresceu menos? É para não gastar energia”. Ou seja, ele estava mostrando que a natureza trata de preparar os seus para sobreviver à questão da realidade da vida de cada povo. Eu não tinha atentado para isso, mas aí ele resolveu que, também, quando a natureza resolve dar chance às pessoas, até o nordestino que dançava xaxado virou presidente da República.

Companheiros e companheiras, quero dizer para vocês que é plenamente possível a gente avançar cada vez mais e quero dizer para vocês que, se não fossem vocês, eu não sei se nós conseguiríamos governar o País, ou um outro país qualquer. Por quê? Porque normalmente o político não gosta de pressão da sociedade, normalmente o político quando é candidato... É muito importante ouvir a sociedade, todo mundo.

Muito bem, a Bruna diz: “Cuide mais da educação, nosso futuro está aí”. Cuidar da educação no Brasil é um projeto para a gente sonhar com uma geração à nossa frente, porque eu, há muito tempo, aprendi, primeiro, que no nosso governo é proibida a palavra gasto em educação. Nós precisamos mudar conceitualmente para aprender que educação é um investimento que traz retorno muito rápido. Segundo, se a gente quiser ter esse retorno, é preciso a gente cuidar para que os professores voltem a ser respeitados neste



País, e a melhor forma de respeitá-los é melhorar as condições de trabalho e melhorar as condições salariais.

Há muito tempo que não se faz uma música como “A professorinha”, “A Normalista”, porque a profissão foi ficando sofrida. A periferia bruta deste País, a professorinha já não é mais chamada de “mestre”, é um conflito social que atinge a sala de aula, que atinge a sala de aula diretamente, a ponto de nós termos escolas em que os professores não querem ir, porque têm medo de ser agredidos. Restabelecer essa integração da sociedade brasileira é um desafio que a educação pode ajudar a resolver.

Eu digo sempre que um dos problemas sérios do Brasil, tão crônico ou mais que o econômico, é o processo de desagregação da estrutura da sociedade brasileira, levado por anos e anos de esquecimento, anos e anos de definições de outras prioridades, que não a de cuidar do ser humano. Vocês viram que quando criamos o programa Fome Zero, não faltaram aqueles que escreveram: “Está dando dinheiro para pobre, deveria estar fazendo estradas”. Como se um metro quadrado de asfalto fosse mais importante que a vida de um homem, de uma mulher ou de uma criança neste País.

Eu quero terminar dizendo a vocês o seguinte: eu não sei, Paulinho, se nós conseguiremos fazer tudo que é preciso ser feito no Brasil, não sei. Possivelmente, eu tenho até dúvidas se a gente conseguirá fazer tudo, mas de uma coisa vocês podem ter certeza: não será por falta de esforço, não será por falta de compromisso e não será por falta de lealdade aos princípios que me fizeram chegar à Presidência da República, que nós não vamos cumprir. Se a gente não cumprir, é porque teve fatores extraterrestres, que não permitiram que nós cumpríssemos. Mas a disposição é fazer com que o Brasil se transforme, definitivamente, num país altamente civilizado na questão dos direitos humanos, na questão da qualidade da educação, porque somente a educação é que vai, num futuro muito próximo, fazer com que a gente gaste



menos em Febem, menos em cadeia e mais em computador, em sala de aula, em salário para professores.

Muito obrigado e boa sorte para todos vocês!



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de entrega de espadins aos cadetes da Academia Militar das
Aguilhas Negras**

Resende-RJ, 19 de agosto de 2006

Excelentíssimo deputado Aldo Rebelo, presidente da Câmara dos Deputados,

Excelentíssimo senhor Waldir Pires, ministro da Defesa,

General-de-Exército Francisco Roberto de Albuquerque, comandante do Exército,

Senador Saturnino Braga, em cujo nome cumprimento os demais parlamentares aqui presentes,

Senhores oficiais-generais da ativa e da reserva,

General-de-brigada Marco Antônio de Faria, comandante da AMAN,

Senhor Sílvio Costa de Carvalho, prefeito de Resende,

Cadete Lucas Fernando Bernardes,

Caros cadetes da Aman que hoje receberam seus espadins,

Senhoras e senhores integrantes das Forças Armadas,

Senhoras e senhores familiares,

Jornalistas,

Meus amigos,

Para o presidente da República Federativa do Brasil é sempre uma honra participar de uma solenidade como esta. Ela simboliza, afinal, o início de uma caminhada, os primeiros passos que muitos jovens de valor estão dando, em uma carreira militar que deve se prolongar por toda a vida. Sua marca mais evidente, porém, se traduz nos compromissos que estes cadetes estão assumindo: a doação à Pátria, a devoção ao Brasil, a entrega à sua renovada



construção e à constituição de uma aliança inquebrantável com o conjunto da Nação. O que os espera é uma carreira de sacrifício e abnegação, de amor e de dor, e de luta em favor da justiça, da verdade e da liberdade.

Estejam certos, porém, de que cada um de vocês carrega a força e as potencialidades necessárias para assumirem este longo compromisso com a Nação brasileira. Digo isto porque, apesar de serem jovens, vocês já carregam biografias notáveis, marcadas por um empenho inquebrantável que permitiu que chegassem das diferentes regiões do Brasil a esta Academia.

Meus caros cadetes,

Este espadim que vocês acabam de receber é o símbolo da honra militar. Não carrega consigo traços de prepotência, de arrogância ou revanchismo, mas, sim, as melhores tradições do Exército brasileiro.

É significativo, também, que esta turma leve o nome de “Heróis da Força Expedicionária Brasileira”, a nossa gloriosa FEB, convocada a lutar em terras da Europa contra o totalitarismo nazista. Os expedicionários brasileiros, os pracinhas brasileiros, escreveram páginas de heroísmo e de bravura na luta pela liberdade, pela democracia e pela justiça. No seu retorno, estes homens e mulheres estiveram envolvidos, de alguma forma, em novas batalhas. Lutaram pela redemocratização do País, se engajaram na campanha do petróleo, participaram da industrialização, da abertura de novas fronteiras, da implantação da indústria naval e aeronáutica. E não permitiram, como estou certo que nem vocês, nem ninguém aqui permitirá que ocorra, no nosso solo amado, aquilo contra o que lutaram os nossos expedicionários. Estou falando do autoritarismo, do racismo, da intolerância, da discriminação, do anti-semitismo e da perseguição por credo político ou religioso.

A entrega do Espadim de Caxias marca o início de uma parceria cívica, solidária e fraterna em cada um de vocês e todos os brasileiros e brasileiras. A vocês cabe, agora, dar prosseguimento à nobre missão de garantir que o Brasil continue sendo um abrigo seguro para seus cidadãos. Para isso, a Nação deve



ser cada vez mais forte, rica, independente, integrada, desenvolvida e soberana.

Vocês estão de parabéns. Seus pais, que tanta dedicação empenharam para que vocês pudessem transformar em realidade seus potenciais, estão de parabéns. Nosso Exército brasileiro está de parabéns pela nova geração que integra suas Forças. E sobretudo o Brasil está de parabéns por contar com estes jovens, que têm todas as condições para honrar a alma da sociedade brasileira.

Que Deus abençoe os nossos cadetes. Que Deus abençoe os seus familiares. E que Deus abençoe o povo brasileiro.

Muito obrigado.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da cerimônia de sanção da Lei de Enfrentamento à Violência Doméstica

Palácio do Planalto, 7 de agosto de 2006

Excelentíssima ministra Ellen Gracie, presidente do Supremo Tribunal Federal,

Senhores embaixadores acreditados junto ao governo brasileiro,

Senhora Helena Salgado, ministra da Saúde do governo da Espanha,

Senhora e companheira Nilcéa Freire, secretária especial de Políticas para Mulheres,

Minha querida companheira, também, Dilma Rousseff, ministra da Casa Civil,

Meus caros ministros Waldir Pires, da Defesa, Patrus Ananias, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,

Meu caro Altemir Gregolin, secretário especial de Aqüicultura e Pesca,

Senhora Maria do Carmo Ferreira, secretária especial interina de Políticas de Promoção da Igualdade Social,

Senadora Fátima Cleide,

Deputada Jandira Feghali,

Ministra Fátima Nancy Andrighi, do Superior Tribunal de Justiça,

Minha cara Maria da Penha, em nome de quem cumprimento todas as mulheres a quem esta Lei, espero, proteja de verdade.



Amigos e amigas da imprensa,

Companheiros e companheiras

O caminho para a solução dos grandes problemas brasileiros, sejam eles de natureza social, política ou econômica, encontram-se na democratização plena de todas as esferas da vida nacional, e nisso incluímos, também, as relações de gênero. Se a democracia não for respeitada dentro de casa, entre companheiros e companheiras, entre esposas e maridos, dificilmente ela terá força para mediar outros conflitos de natureza secular que enredam nossa história e nosso desenvolvimento. O respeito aos direitos nas relações entre homens e mulheres é tão importante para a vida social quanto o fortalecimento das instituições políticas, a organização popular e os processos eleitorais. Este, minhas amigas e meus amigos, é o sentido histórico da Lei da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, que acabamos de sancionar.

Esta Lei representa, na verdade, uma baliza para corrigir o desequilíbrio de poder que existe entre homens e mulheres em nossa sociedade. Como acontece em qualquer outro desequilíbrio de poder, esse também alimenta a injustiça, gera opressão e sustenta a desigualdade. Infelizmente, essa desigualdade ainda é o quadro predominante nas relações de gênero em nosso tempo, e não apenas em nossa sociedade. No mercado de trabalho, por exemplo, a mulher ainda ganha, em média, menos que o homem, embora exerça funções iguais com desempenho equivalente e, não raro, superior ao dele. Todavia, é na violência doméstica que a expressão mais perversa dessa desigualdade se expressa e o faz de forma oculta, protegida atrás das paredes e naturalizada sob camadas seculares de cultura machista.

É isso que a Lei de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher vem corrigir. Ao reafirmar a plenitude dos direitos civis e dos direitos humanos dentro de cada lar, ela fortalece também o arcabouço da



democracia em toda nossa sociedade. A partir de agora, as vítimas da violência doméstica poderão libertar-se da opressão, com a auto-estima fortalecida, com a postura ativa e a esperança renovada de quem se descobriu portadora de direitos e, o que é mais importante, com amparo legal para exercê-los.

A Lei que sancionamos é um abrigo de cidadania com medidas concretas de assistência social para mulheres em situação de risco, é uma legislação prática que não exige da vítima um sacrifício de heroína para resgatar sua dignidade. A legislação prevê que, se necessário, as vítimas serão incorporadas aos programas assistenciais do governo. Se forem servidoras públicas, terão prioridade de remoção para outras localidades. Se relevante para sua integridade física e psicológica, a trabalhadora do setor privado terá direito a afastamento por até seis meses, sem a perda do vínculo empregatício.

Minhas amigas e meus poucos amigos que estão aqui hoje,

Tudo isso vem corrigir um antigo equívoco da Justiça em nosso País. Até hoje, o sistema jurídico brasileiro não contava com um estatuto adequado de proteção à mulher no âmbito do lar, e este vazio foi preenchido pela impunidade. Classificada com um ato de menor potencial ofensivo, a violência doméstica foi julgada durante anos pelas mesmas instâncias que arbitram um simples bate-boca entre vizinhos ou uma discussão prosaica em trânsito. Essa omissão acaba aqui e agora, a partir deste instante, que é crime contra os direitos humanos será tratado como tal e submetido ao peso de uma lei que altera o Código Penal, determinando o agravamento da pena para a violência dentro do lar. O agressor fica sujeito à prisão em flagrante e à prisão preventiva. Será punido com até três anos de cadeia, sem direito de permanência em liberdade.

Essa é uma vitória democrática de todas as mulheres do nosso Brasil, mas se fosse possível dar um nome a essa Lei, eu acho que nós já batizamos que essa Lei deveria se chamar Lei Maria da Penha. Esta mulher renasceu das



cinzas para se transformar num símbolo da luta contra a violência doméstica em nosso País. Maria da Penha sofreu duas tentativas de assassinato em 1983, dentro de sua casa, uma com arma de fogo e outra com eletrochoque. Seu marido só foi preso 19 anos depois, ainda assim, cumpriu somente dois anos de reclusão. O caso foi levado à Organização dos Estados Americanos – OEA que, pela primeira vez, acatou uma denúncia de violência doméstica.

Hoje, isso não seria mais necessário. A Lei Maria da Penha traz a força dos grandes consensos democráticos, tanto assim que teve aprovação unânime em todas as instâncias da Câmara e do Senado, aonde chegou depois de um longo processo iniciado por ONGs e movimentos sociais. O projeto de lei foi discutido e reformulado pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres do nosso governo e novamente aperfeiçoado pela relatoria, em audiências públicas realizadas em todas as regiões do Brasil.

É importante ressaltar aqui, que às vezes as pessoas reclamam que uma lei demora, mas é melhor a gente fazer uma lei ouvindo a sociedade do que fazer uma lei às pressas, e a lei se transformar em uma daquelas que não pegam. Então, a sociedade participando, todo mundo aqui é um pouquinho mãe desta Lei.

Conquistas como esta não acontecem por acaso, não se improvisam, nem brotam do vazio. O fato é que esta Lei encontrou receptividade no governo que, desde o início, criou um Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, coordenado por uma secretária especial e executado por treze Ministérios e secretarias de estado. Entre dezenas de iniciativas, esse Plano já beneficiou mais de 122 mil mulheres com a Campanha Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, e deu acesso ao crédito a mais de 322 mil mulheres no campo, através do Pronaf. Garantiu a titulação conjunta da terra para o casal em assentamento do governo federal, e implantou Centros de Referência de Atendimento às Mulheres em 90% das capitais brasileiras e em 25% das cidades com população acima de 100 mil habitantes.



Quero encerrar, meus amigos e minhas amigas, dizendo que o enraizamento da democracia na vida nacional é uma prioridade que distingue o nosso governo desde o seu primeiro dia. Nós sabemos que para dar o comando efetivo de um país ao seu povo, precisa-se de participação, entendimento, aprendizado, tempo e negociação coletiva dos grandes compromissos democráticos. Assim temos feito, tijolo por tijolo, estamos construindo um desenho sólido de avanços com transparência, de objetivos e conquistas que vieram para ficar. Entre elas alinha-se, a partir de hoje, a extensão da cidadania plena na vida doméstica para todas as mulheres brasileiras. Os crimes contra a mulher, agora, vão ser julgados mais rapidamente em juizados específicos, as penas contra o agressor estão sendo aumentadas. As prisões em flagrante e preventivas, que não existiam, passam a existir, e as mulheres em situação de risco poderão ser incluídas no cadastro de programas assistenciais do governo. Vamos cumprir o nosso papel, proteger quem deve ser protegido e combater quem deve ser combatido. Nós estamos selando aqui um novo pacto contra a impunidade e em favor da vida de todos os brasileiros, sobretudo das mulheres.

Meus amigos e minhas amigas, a Lei está pronta, sancionada, mas é preciso alguns ingredientes a mais. É preciso que a gente estabeleça, querida companheira Nilcéa, enquanto política de governo, um processo de educação profunda, para que a gente possa educar, não apenas as pessoas a se protegerem, mas educar as pessoas a terem coragem para denunciar. Segundo, as pessoas, para denunciar, precisam saber se o Estado vai cumprir o seu papel de fazer cumprir a lei e se vai acabar, definitivamente, a impunidade neste País. Terceiro, se a gente fizer um processo de educação através desta Lei, se a gente incentivar as pessoas a denunciarem, nós vamos ter que – Poder Judiciário, Poder Legislativo, Poder Executivo e entidades da sociedade civil – ficar muito mais vigilantes, porque na hora em que nós começarmos a colocar atrás das grades pessoas que desrespeitam a relação



humana, pessoas que desrespeitam mulheres e filhos, e isso passar como sinal de seriedade assumida pela sociedade brasileira, eu não tenho dúvida nenhuma de que o efeito psicológico, na cabeça do agressor, irá fazer com que ele deixe de ser um agressor da sua companheira, da sua filha, e passe a ser um companheiro de verdade.

Nós sabemos que, historicamente, se tentou vender a idéia de que as agressões aconteciam mais no meio das pessoas pobres, em função da miséria. Todos os estudos indicam que isso não é verdadeiro. Na alta sociedade brasileira, na alta classe média brasileira, na média classe média, na classe média baixa e no meio dos pobres, acontecem as mesmas coisas. Pode aumentar o número por representação de proporcionalidade de cada segmento social, mas a agressão é um sintoma de brutalidade, possivelmente por falta de uma educação aprimorada na construção de mais políticas de gênero no nosso País.

Eu só poderia terminar aqui, agradecendo aos deputados, às deputadas, sobretudo à Jandira, à nossa Fátima, a todos os partidos que contribuíram para isso, agradecer às ONGs. Vocês sabem que, muitas vezes, os políticos falam: “nossa, mas vem a sociedade civil aqui reivindicar, como ela reivindica”. Ah se não fosse vocês, seria muito mais chato porque o governante pensava que ele estava fazendo tudo de bom e de vez em quando é importante vocês aparecerem e puxar a orelha, porque a gente se lembra que ainda falta muita coisa a fazer neste País.

Agradecer a nossa querida Nilcéa. A Nilcéa é uma mulher de muitos enfrentamentos porque ela começou a primeira discussão das cotas para negros na Universidade Federal do Rio de Janeiro, sabe que o preconceito é um negócio violento neste País, sabe o quanto é duro enfrentar. Nessa política de gêneros, a gente enfrenta muitos obstáculos, porque nós temos uma cultura, ainda muito predominantemente machista. Mas, de qualquer forma Nilcéa, eu quero te dar os parabéns porque eu acho que se não fosse a sua



disposição política de correr atrás, de conversar com os deputados, de conversar com os nossos relatores e estabelecer essa política de consenso, certamente, nós não estaríamos aqui hoje, sancionando esta Lei.

Eu penso que não são as mulheres que estão de parabéns, no Brasil. Eu acho que o Brasil está de parabéns porque conseguiu fazer uma lei da dimensão, da grandeza dos homens e mulheres que nós queremos construir no nosso País.

Meus parabéns e muito obrigado.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de portaria de cessão de imóveis à Associação Japonesa do município de Santos

Palácio do Planalto, 22 de agosto de 2006

Meus amigos,
Minhas amigas,
Ministros,
Representantes do povo de Santos,
Deputados,

Dentro de dois anos vamos comemorar um século do desembarque, em Santos, das 781 pessoas, de 151 famílias que formaram o embrião daquela que é hoje a maior comunidade japonesa fora do Japão. Estou falando dos mais de 1 milhão e meio de brasileiros de origem nipônica que hoje vivem em nosso País, enriquecem a nossa cultura e a nossa vida nacional.

Tenho certeza de que, por seu significado para o Brasil e o Japão, as comemorações do Centenário serão muitas nos dois países. Por isso, ouço dizer que elas se iniciam, simbolicamente, com este evento que tenho a honra de presidir.

Esta solenidade tem o sentido da reparação histórica e da afirmação da paz e da cooperação entre os povos. Há mais de 60 anos, durante e depois da Segunda Guerra Mundial, o governo brasileiro confiscou bens e propriedades japonesas e, também, alemãs e italianas. Foi o caso, lamentavelmente, da Escola Japonesa de Santos. Ela entra para o rol de episódios de intolerância, discriminação e injustiça que não fazem parte da índole brasileira mas que, infelizmente, se materializaram em tempos de guerra, quando o horror brota da ignorância irresponsável e faz dos inocentes as vítimas eleitas.



A cessão do uso do histórico casarão da rua Paraná, na Vila Matias, para a Associação da Comunidade Japonesa de Santos, busca reparar aqueles antigos acontecimentos. A Portaria que o ministro Paulo Bernardo assinou hoje representa o reconhecimento do direito desta comunidade sobre a preservação da sua história e sua cultura e, sobretudo, a nossa gratidão com os emigrantes que cruzaram o mundo para ajudar a construir o Brasil.

Além disso, e não por coincidência, formalizamos este ato em agosto. Nos dias 6 e 9 deste mês, no ano de 1945, as tragédias de Hiroshima e Nagasaki escreveram uma página de terror na história da Humanidade.

Por todas essas razões – e sobram razões, podem acreditar – sinto-me honrado e feliz em ser o presidente da República que assina este ato de reparação que coloca as coisas nos seus devidos lugares. Tenha a certeza de que a comunidade japonesa de Santos, estimulada por seus irmãos espalhados por nosso Brasil e pelos brasileiros que lhes estenderam as mãos, saberão dar o melhor destino possível à Escola Japonesa de Santos.

Meus amigos e minhas amigas,

A escola que funcionava no velho casarão de Santos era japonesa no nome, mas tinha muito do Brasil em seu coração, pois ela era aberta também para os brasileiros, e as crianças japonesas que lá estudavam formaram a primeira geração de nascidos no Brasil. Essa convivência era a prova da importância que a comunidade japonesa dava à integração com o povo do país que havia adotado como pátria.

Se nossos povos se integraram de forma tão fantástica, os nossos governos e empresários também podem seguir esse caminho. E é isso que nós estamos fazendo, de forma vigorosa, nos últimos 3 anos e meio. A minha viagem ao Japão, no ano passado, retribuindo a visita que o primeiro-ministro Koizumi fez ao Brasil, fortaleceu a relação política, comercial e cultural entre as duas nações e resultou na criação do Conselho Brasil-Japão para o Século XXI, cujos membros tenho a honra de receber hoje. Desde então pudemos



realizar outras importantes parcerias econômicas e tecnológicas, como a que resultou na criação de um inovador modelo nipo-brasileiro de TV digital.

Neste dia, com a presença, entre nós, da senadora Chikage Oogi, presidente da Câmara dos Conselheiros do Parlamento japonês, voltamos a fortalecer os laços entre nossos países. Estou falando de um Japão que renasceu das cinzas daquela que foi a mãe de todas as guerras, e de um Brasil que não quer mais perder oportunidades porque vai aproveitá-las, todas, que não quer desperdiçar mais um século porque investe seu conhecimento, suas riquezas e seu capital humano na construção de uma sociedade cada vez mais justa.

Como se vê, a semente de integração que aqueles primeiros imigrantes plantaram espalhou-se por todo o Brasil e pelo mundo e vem dando frutos da melhor qualidade ao longo dos anos. Nossa tarefa é fazer esses frutos se multiplicarem e isso se dará com o aprofundamento de nossas relações comerciais, culturais e diplomáticas, com cooperação, respeito e paz. Devemos continuar trilhando sempre esse caminho para termos a certeza de que este século que todos estamos construindo não repetirá as injustiças dos tempos que, felizmente, já passaram.

Meus amigos e minhas amigas,

Eu penso que depois da vinda do primeiro-ministro Koizumi aqui, no final de 2004, e da nossa viagem ao Japão, no ano passado, nós estamos recuperando um patamar de relações que o Brasil já tinha tido com o Japão e, nos últimos anos, houve um certo distanciamento, um certo afastamento. Primeiro, a parceria política que estamos construindo, quando Japão e Brasil trabalham juntos para que a gente tenha renovação, democratização e ampliação no Conselho de Segurança da ONU. Segundo, o projeto de TV digital. Todos vocês sabem que nós tivemos aqui no Brasil pressões e mais pressões, disputas e mais disputas, ora um modelo americano, ora um modelo europeu, e nós entendemos que o modelo de TV digital japonesa se



enquadrava melhor no modelo nipo-brasileiro. Firmamos um acordo na perspectiva de trazer para o Brasil a produção de semicondutores e fazer com que o Brasil entre definitivamente na era da microeletrônica, já que na década de 90 nós perdemos algumas oportunidades. E a terceira, do ponto de vista da relação entre o povo japonês e o povo brasileiro.

Não é à toa que um milhão e meio de japoneses ou descendentes até a quinta geração moram no Brasil; não é à toa que nós temos verdadeiras cidades japonesas dentro das cidades brasileiras e não é à toa, também, que no Japão já tem 300 mil brasileiros vivendo, possivelmente com menos sacrifício dos que os japoneses que vieram para cá em 1908, porque os avanços tecnológicos da informática não permitem que haja isolamento, como houve em 1908.

Se os dois povos – através das suas pessoas mais humildes, através de famílias que saíram pelo mundo na tentativa de procurar uma melhor sorte, de ganhar o pão de cada dia – se através desses dois povos nós estamos dando uma demonstração de que a distância não pode ser nenhum obstáculo para a relação Japão-Brasil e Brasil-Japão; se os povos estão provando que, apesar das diferenças que temos, do ponto de vista cultural, aprendemos a nos respeitar e aprendemos a nos gostar, a nossa decisão, enquanto governo, é aproveitar este momento para estreitar cada vez mais a relação entre Japão-Brasil e Brasil-Japão. Estreitar a relação política, estreitar a relação cultural, estreitar a relação econômica e a relação comercial. Por isso, foi muito exitosa a vinda do Primeiro-Ministro ao Brasil e a nossa ida ao Japão, porque fizemos um sem número de acordos que possibilitaram a criação de grupos de trabalho para resolver os vários problemas que tínhamos na nossa relação, dentre os quais a Comissão Século XXI e o convite para que a Família Imperial esteja no Brasil em junho de 2008 para comemorar os 100 anos. Aliás, a carta será assinada hoje para a Família Imperial. Então, eu queria dizer a vocês que o gesto que estamos fazendo hoje, aqui, na verdade, já é o começo da festa. Já



é o começo das comemorações de 100 anos da família japonesa no Brasil, do povo japonês no Brasil.

Certamente nós vamos ter muito trabalho. A comissão é uma comissão que tem que levar em conta que nós precisamos envolver, além do governo, a sociedade civil organizada, empresários, ONGs e quem mais queira participar, mas uma coisa vocês, representantes da comunidade japonesa no Brasil, tenham a certeza: se depender do governo brasileiro, vamos sensibilizar o coração do nosso ministro do Planejamento, para que no Orçamento de 2007/2008, sobretudo o de 2008, o governo brasileiro assuma para si a responsabilidade de fazer uma grande festa, porque nós temos consciência e sabemos o quanto o povo japonês ajudou o Brasil a ser o que é.

Portanto, é o reconhecimento de uma parceria histórica, que já vai para mais de um século, e uma parceria em que os dois povos, gente humilde que transita do Japão para o Brasil e do Brasil para o Japão, estão dizendo às autoridades japonesas e às autoridades brasileiras: não olhem a distância, olhem a nossa compreensão, olhem a nossa proximidade, porque não é pelo cabelo, não é pelos olhos que vão nos diferenciar. Nós temos muito em comum. Somos dois povos empreendedores, dois povos que gostam de vencer, dois povos que não desistem nunca. E eu espero que depois do dia 18 de junho de 2008 a relação Brasil-Japão seja infinitamente maior e melhor do que nós tivemos até hoje.

Meus parabéns a todos vocês e muito obrigado.



Declaração à imprensa concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em jantar com empresários na residência do ministro Luiz Furlan

Brasília-DF, 23 de agosto de 2006

Esta reunião faz parte de um conjunto de quatro reuniões que eu estou fazendo com o setor produtivo. Já fizemos uma com o setor da construção civil na minha casa, na semana passada. Estamos fazendo esta, hoje, na casa do ministro Furlan, temos mais duas para fazer, possivelmente uma na casa da ministra Dilma e outra na minha casa. E o que nós queremos discutir, na verdade, são os passos a serem dados para consolidar, definitivamente, o crescimento da economia brasileira e o desenvolvimento do País.

Vocês viram na imprensa, hoje, que o crescimento das empresas foi muito sólido, nesse período. As empresas, pela primeira vez, estão tendo mais lucro que os bancos, numa demonstração de que valeu a pena investir no nosso País. E nós achamos que o Brasil tem um potencial mais extraordinário para se desenvolver mais, para crescer mais, para gerar mais empregos, para gerar mais renda e para fazer o Brasil se transformar, definitivamente, numa economia grande, numa economia competitiva internacionalmente.

Os números são os melhores possíveis. Acho que não há nenhum momento da história republicana em que a economia tenha dado um conjunto de solidez como ela deu agora. E eu acho que é motivo de orgulho para mim, como presidente, para o Furlan como ministro, porque todo dia bate recorde das exportações, e para os empresários que estão ganhando dinheiro e transformando esse dinheiro na geração de empregos e, conseqüentemente, na geração de renda. E é isso que o Brasil precisa.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de abertura da 16ª Convenção Anual da Federação das
Associações Comerciais e Empresariais do Paraná**

Foz do Iguaçu-PR, 24 de agosto de 2006

Meu caro companheiro Orlando Pessuti, vice-governador do estado do Paraná, de quem eu invejo o potencial de voz, porque se eu tivesse metade da eloqüência dele para fazer discurso...

Mas é uma alegria... o governador Requião esteve no aeroporto me esperando e eu quero te dizer, Pessuti, que este é um estado que tem uma história de cooperativas que pode ser uma referência para o Brasil, num curto espaço de tempo.

Quero cumprimentar o meu companheiro ministro Luiz Fernando Furlan, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio,

O meu ministro Paulo Bernardo, do Planejamento, Orçamento e Gestão,

O meu ministro Fernando Haddad, da Educação,

O meu ministro Silas Rondeau, de Minas e Energia,

O meu ministro Sérgio Rezende, da Ciência e Tecnologia,

Quero cumprimentar o senador Flávio Arns,

Quero cumprimentar o prefeito Paulo Mac Donald,

Quero cumprimentar o nosso companheiro Jefferson Nogaroli, que preside esta Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná,

Quero cumprimentar o Alencar Burti, presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil,

Quero cumprimentar o Luiz Otávio Gomes, presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae,

Quero cumprimentar o desembargador Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira,



Quero cumprimentar o senhor Ardisson Naim Akel, presidente do Conselho Superior da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná,

Quero cumprimentar mulheres e homens, empresários e empresárias que participam deste Congresso,

Antes de ler o meu pronunciamento, eu queria dizer que há muitos e muitos anos eu sou amante do cooperativismo. A região da Emília-Romana foi visitada por mim algumas, eu diria, dezenas de vezes, na perspectiva de aprender como é que aquela região da Itália pôde se transformar numa região tão rica, baseada numa força extraordinária do cooperativismo.

Antes de ser eleito presidente, participei de um congresso de cooperativismo na cidade de Santos. E lá eu firmei ainda mais a convicção de que era preciso apostar, cada vez mais, na consagração das cooperativas. Depois de ganharmos as eleições, nós descobrimos que existia uma política determinada de governo de criar dificuldades para a organização de cooperativas no Brasil. Partia-se do pressuposto de que criar cooperativa de crédito seria colocar dinheiro de pessoas na mão de dirigentes de cooperativas que nem sempre poderiam administrar corretamente e que poderiam desviar o dinheiro dos cooperados, e o Tesouro teria que arcar com a responsabilidade.

Pois bem, nós fizemos muitas mudanças no cooperativismo. Primeiro, convencer o Banco Central de que a gente não poderia enxergar as pessoas como desonestas até prova em contrário, mas que deveria enxergá-las como honestas até prova em contrário. Era preciso criar a oportunidade e dar uma chance até para que a gente soubesse se as pessoas iriam se organizar ou não. Não foi uma luta fácil, não sei quantos de vocês conhecem, mas a burocracia é uma coisa extremamente poderosa, e ela é eterna, nós somos passageiros. Esse é um dado que não vale para o Brasil, isso é para o mundo. Se você conversar com o Bush; conversar com o Chirac; conversar com a



Angela Merkel, na Alemanha; conversar com o Tony Blair, na Inglaterra; conversar com o Chávez, na Venezuela; conversar com o Kirchner, na Argentina, conversar com todos os presidentes e primeiros-ministros, eles vão dizer: a burocracia é poderosa.

Sabe como é que eu comparo? Nós, governos eleitos, somos o trem, a burocracia é a estação. Então, aquela estação vê passar todo dia um trem, passa, vem outro, passa, ou seja, ela sabe que ela vai ficar e que nós somos passageiros. Então, mudar essa burocracia é um trabalho, primeiro, de convencimento, segundo, um trabalho de mudança de estruturas de quase um século, eu diria, que estão impregnadas na cabeça das pessoas, e isso nós fizemos. Fizemos através do Conselho Monetário Nacional, com a participação do companheiro Paulo Bernardo, com a participação do companheiro Guido, do Meirelles, do Palocci, nós já fizemos muitas mudanças substanciais e eu tenho feito, Prefeito, boas provocações em todos os encontros de prefeitos de que eu tenho participado.

Eu tenho pedido aos prefeitos que eles provoquem os pequenos empresários das suas cidades, os pequenos comerciantes das suas cidades a se organizarem em cooperativas para fugirem do sistema financeiro tradicional, senão, não existe possibilidade. Os bancos vão baixar os juros quando eles perceberem que não tem mais um governo vendendo títulos a um preço muito alto e nem quando não tem ninguém aceitando tomar dinheiro emprestado a juros muito altos.

Então, eu acho que se organizar em cooperativa é uma coisa necessária. Eu disse que eu ainda sonho em transformar o Brasil no maior país cooperativado do mundo. Acho que nós temos as condições para isso, com uma coisa importante, Nogaroli, uma cooperativa não pode nascer de cima para baixo, não pode ser um presidente, um governador, um prefeito, a pessoas precisam sentir a necessidade de precisar de uma cooperativa, aí ela



vai nascer e vai dar certo. Se a gente tentar criar de cima para baixo, vai ser uma cooperativa natimorta, não vai ter sucesso.

A segunda coisa, eu gosto de cooperativa porque não só eu viajei muito a região da Emília-Romana, mas porque eu tenho um vice-presidente da República que tem uma história muito parecida com a do mais sofrido empresário deste País. O José Alencar, antes de se transformar no empresário bem-sucedido que ele virou, foi um menino que dormiu muito tempo no corredor de um hotel porque não podia pagar um quarto para dormir. E ele trouxe dessa experiência dele a formação política, a formação moral que ele tem hoje e, como nós discutimos muito, eu estou cada vez mais firmando a minha convicção da necessidade de ajudar o trabalho das cooperativas.

É importante lembrar que logo no começo do governo, em 2004, nós mandamos para o Congresso Nacional um projeto chamado Pré-Empresa. Era um projeto que visava permitir que os pequenos, os camelôs, aqueles que vendem numa carrocinha de cachorro quente nas ruas pudessem se legalizar para não ficarem sendo achacados por fiscais de prefeitura, por polícia, essa lei não foi aprovada. Quando nós mandamos a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, nós acoplamos esse projeto da Pré-Empresa na Lei Geral para ver se na hora em que aprovar, aprova tudo junto e a gente permita que, definitivamente, não seja um crime contra a nação abrir uma empresa e não seja um crime contra a nação fechar uma empresa, porque é difícil abrir, mas fechar é quase impossível, porque tem tanta exigência que as pessoas quase não conseguem sobreviver.

Eu, particularmente estou convencido de que o Congresso Nacional deverá aprovar... eu confesso a vocês que não sei se aprovará antes do dia 1º de outubro, tenho minhas dúvidas, mas eu penso que até o final do ano o Congresso Nacional deverá aprovar a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, porque é um benefício para toda a sociedade brasileira.



Também quero dizer para vocês que algumas discussões que nós temos que fazer no Brasil precisam ser feitas da forma mais madura, da forma mais preparada possível. O Brasil atingiu um patamar no seu desenvolvimento econômico, na robustez da economia, que nós só não damos o segundo passo se não quisermos dar o segundo passo, ou seja, é como o cidadão que chegou à festa, está lá a pretendida, bonita como nunca, e é só ele chegar, ir lá e conversar. Se ele for tímido e não for conversar, ele vai perder.

A economia brasileira está em um ponto de tamanha possibilidade de futuro como nós nunca tivemos, desde que foi proclamada a República do Brasil. Eu digo isso em tom de provocação aos estudiosos de economia. Eu duvido que depois que foi proclamada a República brasileira, a economia brasileira viveu o momento que está vivendo hoje. Nós precisamos crescer mais? Precisamos. Os juros precisam cair? Precisam. É preciso ajustar o câmbio? É. Agora, tudo isso não pode ser feito por medida provisória, por projeto de lei e muito menos por decreto. Nós temos que ir criando as condições para que essas coisas se ajustem com naturalidade e com firmeza, para que não retrocedam no primeiro espirro que der a economia americana ou a economia européia.

Dito isso, eu queria dizer aos meus amigos que estão participando deste Congresso que o fortalecimento do pequeno negócio, que é o tema principal do Encontro da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná, é uma agenda muito especial e muito importante para o nosso governo. Digo isso não apenas pela conhecida relevância desse segmento na economia nacional, mas também porque o florescimento do pequeno comércio desempenha um papel insubstituível na regeneração dos laços que sustentam a vida em sociedade, e é fácil entender a razão disso. Todos sabemos que o pequeno supermercado, a padaria da esquina, a mercearia, o açougue e a banca de jornais geram empregos e geram serviços. Mas o que muitas vezes se ignora é que eles também fortalecem a comunidade, são eles que



contribuem para tornar a rua um espaço de cidadania, um convite à conversa, à amizade e à solidariedade.

A rede de pequenos produtores, comerciantes e prestadores de serviços dinamiza e valoriza o espaço público. Com eles, a rua ganha vida e movimento, e passa a ser um espaço realmente compartilhado. Regenerar o espaço público como espaço da vida e da liberdade talvez seja um dos maiores desafios do nosso tempo, e não há melhor equipamento de segurança pública em uma rua ou em um bairro do que uma rede varejista diversificada, tradicional, bem instalada e bem-sucedida. As micro e pequenas empresas desempenham, portanto, um papel insubstituível na democratização comunitária e econômica da vida nacional. Mas, para que seu potencial seja plenamente desenvolvido, são necessárias políticas que promovam a desconcentração econômica e combatam, vigorosamente, a desigualdade social. Ao lado das ações específicas para o setor, são essas políticas que abrem espaço para o surgimento de milhares de micro e pequenos negócios em cada bairro, em cada rua, em cada comunidade, e, para todos, os efeitos sociais benéficos que sempre os acompanham.

Meus amigos e minhas amigas,

Nos últimos anos, graças à singular combinação entre estabilidade de preços, crescimento do poder aquisitivo e uma política estruturada e eficaz para a redução da miséria e da pobreza, um número crescente de brasileiros passou a consumir mais e melhor. Os ganhos reais de salário, da ordem de 5%, repetem-se pelo terceiro ano consecutivo e estão lastreados, basicamente, em aumentos de produtividade industrial. Por um lado, isso garante que os aumentos salariais não pressionem a inflação e, por outro, que as empresas continuem a abrir novas vagas, de olho na expansão da demanda interna. Foi o que aconteceu neste último mês de julho quando, segundo o CAGED, foram criados mais de 154 mil postos de trabalho em todo o território nacional, com carteira assinada. Embora a procura de emprego tenha crescido nas regiões



metropolitanas, a criação de postos é 34% superior ao mesmo mês do ano passado. Quarenta milhões de brasileiros que ganham salário mínimo tiveram seu poder aquisitivo elevado em 16,6% este ano, o que dobrou sua capacidade de compra em relação à mesma cesta básica dos anos 90. Graças à geração de empregos e às políticas sociais, como é o caso do Bolsa Família, a taxa de exclusão no Brasil exhibe, hoje, o nível mais baixo desde 1992.

Isso significa que estamos garantindo às famílias o sagrado direito de realizar três refeições por dia e estamos possibilitando a uma significativa parcela da nossa população o acesso ao mercado de consumo, com o conseqüente desenvolvimento econômico. Quase 2 milhões de famílias, cerca de 7 milhões de pessoas deixaram a base da pirâmide de renda e galgaram novos degraus de consumo este ano. Tudo isso se traduz num mercado de massa em ebulição, que favorece o varejo e, sobretudo, resgata o comércio de bairro como protagonista relevante da roda do crescimento nacional. O resultado é que a frequência do consumidor a esses estabelecimentos praticamente dobrou e, hoje, eles já detêm 40% do faturamento na área do varejo de alimentos no País. Não é por acaso, portanto, que no nosso governo as taxas de lucratividade do setor produtivo cresceram 200%, superando, em muito, as do setor financeiro. As empresas estão com caixa para fazer investimentos, a produtividade aumenta e as recentes sondagens da Fundação Getúlio Vargas constataam: nossos empresários estão com ânimo para continuar apostando no Brasil.

Minhas amigas e meus amigos,

Ao lado do aumento da renda, o crédito é o instrumento mais importante para a consolidação de um forte mercado de massas. Nesse sentido, empenhamos todos os nossos esforços, nos últimos 44 meses, para expandir a oferta de crédito e mudar a face enrijecida do mercado financeiro nacional. Democratizamos o acesso às contas bancárias, o que resultou na entrada de mais de 6 milhões de novos correntistas para o mercado. Criamos o



microcrédito produtivo e mudamos a legislação das cooperativas de crédito para permitir sua expansão territorial e ganhos de escala. Só o financiamento e desconto em folha, por exemplo, já equivale a cerca de 40 bilhões de reais no mercado de consumo no nosso País. Essa massa de recursos, que representa quase a metade de todo o crédito pessoal disponível no mercado, opera com taxas de juros monitoradas pelo governo e negociadas diretamente entre bancos e tomadores de empréstimo.

O estoque geral de crédito saltou quase dez pontos percentuais nos últimos três anos: passou de 23,8% do PIB para 32,6%, com a perspectiva de chegar a 36 até o final do ano. Novas medidas estão sendo analisadas para incentivar, ainda mais, a competitividade no mercado financeiro e acelerar a queda nas taxas de juros, que já são as menores dos últimos 31 anos. Tenho a certeza de que isso se tornará uma realidade, pois ao mesmo tempo em que o nosso mercado interno está se tornando cada vez mais dinâmico, conquistamos um grau de estabilidade macroeconômica que há muito tempo não se via no País. Estou falando de reservas internacionais de mais de 70 bilhões de dólares, conjugadas com o superávit em conta corrente, elevados níveis de exportações e baixa dívida externa, fatores que juntos garantem ao nosso País ser cada vez menos vulnerável às crises externas.

Empresários e empresárias do nosso querido estado do Paraná,

O Brasil vive hoje o ciclo de expansão mais prolongado dos últimos 19 anos. Essa conquista e muitas outras resultam do enorme esforço coletivo de toda a nação, que optou, a partir de 2003, por mudar a lógica econômica do País e semear uma nova dinâmica de sociedade de futuro. Elas não foram, portanto, frutos do acaso ou da mágica, mas do trabalho, do diálogo e do aprofundamento da democracia. As entidades da sociedade civil, representem elas trabalhadores, empresários ou outros importantes setores da nação, foram fundamentais para a construção dessa impressionante mudança. É por esse motivo que fiz questão de estar aqui com os senhores e as senhoras da



Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná. Mais do que lhes detalhar a nossa visão sobre mudanças econômicas do Brasil, que têm como objetivo máximo criar uma sociedade mais justa para todos, quero agradecer toda a colaboração que o segmento empresarial vem dando a essa enorme empreitada.

Precisamos sobretudo, continuar a fortalecer essa parceria vitoriosa. O governo federal está dedicando todo o seu empenho para que o Congresso Nacional aprove, brevemente, aquela que é uma das suas principais demandas históricas, a aprovação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Sei que esse é o objetivo comum de todos nós e é justamente por isso que devemos unir nosso esforço em uma frente que supere qualquer barreira política ou ideológica, para que essa Lei se torne uma realidade.

Entramos na rota do crescimento sustentável e o comércio, em especial o pequeno varejista, tem uma boa história para contar dentro dele, uma história de recuperação do seu espaço no mercado, de regeneração da cidadania e do espírito comunitário no seu entorno. Vamos trabalhar para que essa seja, definitivamente, a história do nosso futuro.

Muito obrigado e boa sorte a todos vocês neste encontro.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de encerramento da I Cúpula Latino-Americana de Líderes de Jornais e abertura do 6º Congresso Brasileiro de Jornais

São Paulo-SP, 29 de agosto de 2006

Primeiro, eu quero, cumprimentando o governador Cláudio Lembo e cumprimentando o nosso presidente da ANJ, Nelson Sirotsky, cumprimentar todos os companheiros e uma companheira que estão fazendo parte da mesa.

Estar reunido com os senhores e as senhoras que dirigem os principais jornais do Brasil é sempre um motivo de especial felicidade e alegria para mim. Mas hoje é especial porque participamos, ao mesmo tempo, do encerramento da I Cúpula Latino-Americana de Jornais, da abertura do 6º Congresso Brasileiro de Jornais e da posse da nova diretoria da ANJ.

Digo isto porque o setor de jornais, sem o qual um país fica privado de parte importante de sua capacidade de visão, está consolidado. Da mesma forma, a própria Associação Nacional de Jornais está cada vez mais forte e atuante.

A verdade é que tudo isso ocorre ao mesmo tempo em que o Brasil vive um período histórico de plena democracia. Nossas instituições estão fortalecidas e funcionam de forma independente. Longe vai o tempo em que as liberdades individuais eram cerceadas por um Estado autoritário e tenho certeza de que a conquista da democracia é um dos motivos pelos quais nosso país, finalmente, está entrando nos trilhos de um desenvolvimento mais justo e sustentável.

Recentemente, tive a oportunidade de dizer a muitos dos senhores que minha história política deve muito à imprensa livre e independente. A publicidade que ela deu à luta pela renovação do Movimento Sindical e pela organização dos trabalhadores nos anos setenta, a despeito da censura que



ainda vigorava naquele tempo, foi fundamental para o início de um novo ciclo da história brasileira, do qual tive o privilégio de participar.

No fundo, o que esta imprensa fazia era lutar pela redemocratização do Brasil. Somos, hoje, todos filhos desta democracia. Devemos não só garantir que ela se prolongue em definitivo em nosso país, mas também cuidar para que se aprofunde cada vez mais.

Quero, portanto, aproveitar esta ocasião para reafirmar a todos vocês que meu compromisso com a liberdade e com a democracia é sagrado. Sou comprometido com a liberdade em todas as suas dimensões essenciais. Com a liberdade de expressão, em seu sentido mais amplo, seu sentido cultural, por assim dizer. E, em particular, com a liberdade de imprensa, essa ferramenta que ajudou a criar, manter e aperfeiçoar a democracia moderna em que vivemos. Nem poderia ser de outra forma. Para quem a democracia é um valor universal, a liberdade de imprensa não pode ser um valor relativo, porque a liberdade de expressão foi uma das maiores conquistas históricas da sociedade humana. E é um dos bens mais preciosos da vida social. O Estado democrático só existe, se consolida e se fortalece com uma imprensa livre.

Contamos, felizmente, com todos os dispositivos institucionais necessários para que essa liberdade nunca seja ferida. Nossa legislação impede qualquer forma de censura. O Estado tem se pautado por não causar qualquer tipo de interferência nos meios de comunicação social. E entidades como a Associação Nacional dos Jornais têm cumprido um papel fundamental, ao defender cotidianamente a liberdade de imprensa.

Em maio último, tive a oportunidade de assinar a Declaração de Chapultepec e ratificar o meu compromisso pessoal, o compromisso do meu governo e o compromisso constitucional do Estado brasileiro com a liberdade de imprensa e o direito inalienável à independência e ao livre funcionamento dos meios de comunicação.

Minhas senhoras e meus senhores,



Um dos princípios dessa Declaração de Chapultepec afirma que “a credibilidade da imprensa está ligada ao compromisso com a verdade, à busca de precisão, imparcialidade e equidade”.

Nesse ponto, ela faz coro às palavras do grande presidente norte-americano, Franklin Roosevelt, que afirmava que “a influência da palavra escrita dependerá sempre da sua veracidade, e a nação pode confiar com segurança na sábia discriminação de um público leitor que, com a melhora da educação em geral, seja capaz de discernir entre a verdade e a ficção”.

O único juiz da atuação da imprensa – e nisso seguramente concordamos todos com Roosevelt e com a Declaração de Chapultepec – é a própria população. Ela, sim, consegue ver se os problemas do seu cotidiano estão ou não representados nas notícias e nos debates que são veiculados pelos meios de comunicação. E sabe reconhecer quando o jornalismo é, de fato, a grande praça pública onde sua voz pode ser ouvida.

Todos sabem que, como Presidente, sempre fiz questão de ter as portas do Palácio do Planalto abertas a todos os setores da sociedade, estejam eles contentes ou não com o meu governo, sejam eles meus aliados históricos ou pertencentes a outras correntes partidárias. A democracia implica esse diálogo plural, implica que todos – não importa quem sejam – façam ouvir seus ideais, seus sonhos, suas demandas e seus anseios e que possam por eles lutar.

Ao lançar mão de sua liberdade inquestionável para também reproduzir os diferentes pontos vista da sociedade, para dar voz aos mais diferentes segmentos sociais, para expor o contraditório e reconhecer a opinião divergente como um direito, a imprensa não ganha apenas credibilidade e público. Ela se torna a “vista da Nação”, como dizia Rui Barbosa, e permite a todos que enxerguem o que acontece longe ou perto. E é com essa vista, com essa visão, que a nação consegue enxergar os caminhos que lhe permitem dar os grandes passos históricos.

Senhoras e senhores,



A campanha pela redemocratização, pelas eleições diretas para presidente e pela defesa dos direitos individuais provou que o jornalismo tem todas as ferramentas necessárias para ser um dos principais espaços onde a população se informa, discute e avalia o passo seguinte de sua história.

O jornalismo e os jornais estão, portanto, entre as vertentes mais visíveis e cristalinas da correnteza renovadora que pode levar aos entendimentos necessários para a construção de um país cada vez mais justo e democrático.

Sei que existe, no meio jornalístico, diferentes visões sobre quais os melhores caminhos a trilhar de modo a alcançar tal objetivo comum. E é bom que seja assim. A pluralidade e a diversidade de pontos de vista são ingredientes indispensáveis para se obter uma visão abrangente dos problemas, e constituem os pressupostos de todas as democracias.

Há, contudo, algumas visões que hoje são comuns aos que sinceramente desejam dar ao Brasil a chance de ser uma nação desenvolvida, e ao povo brasileiro a oportunidade de alimentar, educar e empregar de modo digno os seus filhos.

Creio que estamos todos de acordo sobre a necessidade de aumentar os investimentos produtivos, em particular na infra-estrutura do País, de modo a acelerar as taxas de crescimento econômico.

Acredito, também, que os senhores sabem da necessidade ainda forte de investimento social, de modo a ajudar os setores menos favorecidos da população a deixar para trás a falta de alimento, moradia, saúde e educação. Há também consenso sobre a necessidade de produzirmos uma reforma política capaz de melhorar o funcionamento de nossas instituições.

O Brasil está confrontado com problemas que afetam todas as democracias do mundo. Como diminuir a influência do poder econômico nas eleições? De que forma tornar os partidos mais fortes e responsáveis? São problemas de difícil resolução, que exigem reflexão e sobriedade por parte das forças políticas e do conjunto da sociedade. E é em momentos como este que



a imprensa livre e independente se torna, mais uma vez, a praça pública para os grandes debates que antecedem e acompanham as mudanças históricas.

Senhoras e senhores,

O desenvolvimento social e econômico que o Brasil vem registrando nos últimos anos dá às empresas jornalísticas oportunidades de expansão de seus negócios e de sua participação no cenário nacional que há muito tempo não eram vistos.

Mesmo se levarmos em conta a crescente competição com os meios digitais, a circulação diária dos jornais impressos – que em 2005 foi, em média, de 6 milhões e 780 mil exemplares – mostra que ainda há muito espaço para o crescimento deste meio.

Com os índices crescentes de escolaridade, do emprego formal e da massa salarial, aliados à ascensão de um enorme segmento de nossa sociedade ao mercado de consumo, o público potencial dos jornais aumenta ainda mais. Da mesma forma, esse crescimento na renda da população aquece o mercado publicitário, tornando a economia das comunicações ainda mais fortalecida.

Digo isso porque os senhores e as senhoras têm agora um grande desafio a vencer: aproveitar este momento virtuoso de nossa economia para conquistar os novos leitores e conseguir, assim, desempenhar cada vez melhor seu papel de informar a população brasileira.

Estou certo de que a competência, a experiência e a criatividade do setor resultarão cada vez mais em soluções voltadas para este novo público, que busca encontrar nos jornais as informações relevantes e necessárias para o seu dia-a-dia, e um dos espaços onde podem exercer sua cidadania e ver os seus anseios representados.

Quero, portanto, desejar a todos os senhores e senhoras da ANJ, neste mês em que comemoramos o seu vigésimo sétimo aniversário, os meus mais sinceros parabéns.



Em especial, quero me congratular com Nelson Sirotsky e com toda a diretoria da ANJ. Estou certo de que, neste próximo biênio, vocês terão um excelente desempenho na defesa da liberdade de imprensa, na busca de soluções para o fortalecimento dos nossos veículos e na preparação do setor para o futuro promissor que ele ainda tem pela frente.

Quero desejar a todos vocês toda a sorte do mundo, e que possamos ter, cada vez mais, no Brasil, uma imprensa mais livre, com mais democracia e com mais crescimento econômico.

Muito obrigado, e parabéns, Nelson.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da cerimônia de abertura do 11º Congresso Mundial de Saúde Pública e 8º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva

Rio de Janeiro - RJ, 21 de agosto de 2006

Meu caro José Agenor Álvares da Silva, ministro da Saúde,

Meu caro Luiz Dulci, ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República,

Meu caro Tarso Genro, ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República,

Minha querida companheira Marisa,

Meu caro Paulo Gadelha, presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva,

Senhores Ministros da Saúde estrangeiros e autoridades governamentais dos países aqui representados,

Deputada Jandira Feghali,

Deputado Jorge Bittar e Roberto Gouveia,

Senhor Cuauhtémoc Ruiz Matus, presidente da Federação Mundial das Associações de Saúde Pública,

Senhora Mirta Roses, diretora-geral da Organização Pan-Americana de Saúde,

Senhor Gilson Cantarino, secretário de saúde do estado do Rio de Janeiro,

Senhor Jacob Kligerman, secretário de saúde do município do Rio de Janeiro,

Senhores e senhoras profissionais da saúde e delegados e delegadas deste Congresso.



O tema deste encontro tem uma abrangência que ultrapassa a fronteira das velhas perguntas e o conforto das velhas respostas. O desafio que ele coloca para a saúde pública assemelha-se, e muito, àquele que o Brasil e muitos outros países enfrentaram nos últimos anos para montar uma nova articulação entre políticas sociais e retomada do crescimento.

Digo isso porque a saúde coletiva no mundo, hoje, em especial em países com graves disparidades de renda e oportunidades, transcende as barreiras dos hospitais, dos postos de saúde, das farmácias e das universidades. Os governos devem continuar fortalecendo e democratizando esses mecanismos tradicionais para o trato da saúde da população, mas está cada dia mais claro que essa agenda é de natureza, sobretudo, política. A saúde coletiva é parte integrante do verdadeiro desenvolvimento das nações, no qual os benefícios do crescimento econômico são absorvidos por toda população, na forma de redução das desigualdades sociais e na garantia do exercício de seus direitos básicos. É para este desenvolvimento, portanto, que todos nós devemos dedicar os nossos maiores esforços e o foco principal de nossas políticas, seja no plano interno ou nas relações internacionais. A reordenação do poder geopolítico no mundo não é apenas uma agenda de natureza diplomática ou comercial, é um requisito de sanidade ambiental e mental dos povos que amam a paz e a dignidade da vida humana. É por esse motivo que o Brasil, assim como muitas das nações e dos organismos aqui representados, está engajado em uma agenda internacional onde o desenvolvimento com justiça social e o combate à fome e à miséria são as linhas mestras.

Quero, portanto, agradecer à Federação Mundial de Associações de Saúde Pública por ter escolhido o nosso País como palco deste importante evento. As contribuições da sociedade civil, seja ela brasileira ou internacional, têm sido fundamentais ao longo dos anos para nossas políticas públicas sobre o tema. Tenho orgulho de ver na saúde uma das áreas onde a participação



popular tornou-se uma realidade efetiva, através de conselhos que reúnem usuários, profissionais e gestores do sistema em todos os níveis da Federação através do nosso imenso território. Esta participação se traduz também nas conferências nacionais da saúde, uma verdadeira expressão democrática que mudou, de fato, a forma pela qual o Estado brasileiro trata este tema. Essas conferências foram fundamentais, por exemplo, na implantação do Sistema Único de Saúde, uma monumental obra que estamos construindo há 18 anos e que, graças à constante fiscalização e às contribuições da sociedade, não só representou grandes avanços para a população, como também vive um constante processo de aprimoramento.

A Associação Brasileira de Saúde Coletiva, que reúne algumas das principais mentes do nosso País na formulação e acompanhamento das políticas públicas, certamente está sendo fundamental nesse processo. Por isso, quero agradecer e dar os meus sinceros parabéns a Abrasco, co-realizadora deste evento, assim como a todos os profissionais, gestores e militantes da saúde que estão aqui presentes.

Minhas amigas e meus amigos,

Os representantes do governo brasileiro poderão, ao longo deste evento, lhes dar os detalhes sobre a forma como vimos tratando a saúde pública em nosso País. Mais do que mostrar as realizações efetuadas nos últimos anos, eles poderão compartilhar os nossos desafios, aprender com as demais experiências que estarão sendo expostas aqui e, sobretudo, colaborar na construção de uma agenda internacional para o tema.

Quero, porém, lhes pedir licença para falar um pouco sobre os esforços brasileiros para romper as barreiras sociais, econômicas e políticas e, com isso, possibilitar que nossa população exerça seus mais sagrados direitos. Trata-se do direito à saúde pública e à educação de qualidade, o direito à expansão do emprego e da renda, o direito à esperança da juventude e à dignidade das populações mais humildes. A premissa da qual partimos é a de



que, em países como o nosso, a desigualdade entranhou-se de tal forma na engrenagem econômica, que se reproduziu automaticamente nos circuitos injustos de repartição da renda e da riqueza.

Para romper esse ciclo vicioso foi necessário dar um novo impulso à máquina econômica nacional, associando a estabilidade a um conjunto de políticas sociais redefinidoras da matriz do crescimento econômico. Por um lado, a estabilidade econômica e o crescimento com inclusão social possibilitaram a criação de uma média de 100 mil empregos formais por mês, nos últimos anos, com forte incremento no poder aquisitivo. Houve uma forte redução no custo dos alimentos da cesta básica, associada ao aumento do salário mínimo e, pelo terceiro ano consecutivo, os reajustes salariais que dependem de negociação coletiva superam a inflação. Só neste primeiro semestre, os salários reais ficaram 4,4% acima do mesmo período no ano passado.

Por outro lado, demos prioridade às políticas sociais que garantem os fundamentos da vida humana. Estou falando, por exemplo, do direito à alimentação digna. Mais de 11 milhões e 100 mil famílias brasileiras estão incluídas no programa Bolsa Família, o principal instrumento do programa Fome Zero. As pesquisas de avaliação do Programa mostram, por exemplo, que 94,2% das crianças beneficiadas pelo Bolsa Família conseguem exercer o sagrado direito de fazer três refeições por dia. Em decorrência desse mesmo Programa, que prevê atenção à saúde materna e infantil, assim como a frequência nos bancos escolares pelas crianças beneficiadas, estamos conseguindo, também, melhorias nos indicadores relativos a esses temas.

E o resultado de tudo isso é que vivemos, hoje, num Brasil menos desigual dos últimos 46 anos. Em 1993, 50% da população mais pobre detinha apenas 12,1% da renda nacional. As projeções indicam que até dezembro essa fatia alcançará 15% da renda nacional. Todos aqui sabemos que a fome e a miséria são as raízes da maior parte dos problemas que afetam a saúde



coletiva e que a justiça social é o mais eficaz investimento que pode ser feito para se ter uma população saudável. Certamente ainda há muito a ser feito nesta área, mas o que conquistamos nos últimos anos mostra que esta é uma batalha que o Brasil e todos os países em desenvolvimento podem vencer.

Minhas amigas e meus amigos,

Os avanços sociais e econômicos do Brasil não resultam unicamente da obra de um governo, mas sim de toda uma sociedade que, cada vez mais, faz ouvir sua voz soberana no planejamento do próprio futuro. Essa talvez seja a conquista mais valiosa na vida de um povo: o direito à construção saudável e democrática do próprio destino. Acadêmicos, profissionais de saúde, gestores públicos e usuários dos nossos sistemas são os responsáveis por boa parte dos avanços que obtivemos nos últimos anos, afirmando que o aprofundamento da participação popular e da democracia em si é o caminho mais seguro para a superação dos desafios nacionais. Ao mesmo tempo, a cooperação internacional e a troca de experiências, que vêm se intensificando nos últimos anos, trazem uma brisa renovadora à gestão interna da saúde, especialmente quando estamos falando de países em desenvolvimento como os nossos. Temos sociedades similares e de desafios similares. Temos em comum, também, a vontade inquebrantável de melhorar as condições de vida de nossas populações.

Quero, portanto, conclamar a todos a seguirmos caminhando juntos nessa grande e frutífera parceria. O resultado deste Congresso, que une não só experiências, mas também ideais, certamente irá contribuir para que possamos, nos foros internacionais, lutar de forma ainda mais eficaz pela saúde de nossos povos. Por isso, eu quero, fugindo ao meu *script* aqui, me permita o companheiro Gadelha, meu companheiro Cuauhtémoc, dizer duas coisas importantes: nesses 44 meses de governo, eu tive a oportunidade de visitar 17 países africanos, tive a oportunidade de visitar todos os países da América do Sul e alguns países da América Latina, e tive a oportunidade de



percorrer os rincões mais empobrecidos do meu País. A verdade é que se nós já fizemos muito, ainda assim fizemos pouco em função de uma dívida acumulada ao longo de décadas e décadas no tratamento da saúde pública dos nossos continentes.

Não são poucos os países em que os governantes não se preocupam em fazer investimento em saneamento básico; não são poucos os países em que os governantes muitas vezes até querem e não podem fazer os investimentos no tratamento da água. Muitas vezes olhamos para o mundo exterior e pensamos que os problemas são apenas deles. Eu, por exemplo, fui ao Haiti. Embora eu tenha nascido em uma região empobrecida do meu País, eu nunca tinha visto nada tão pobre como o Haiti. E não vamos esperar que o Haiti resolva o problema da sua saúde pública a partir do potencial econômico do Haiti. Ou os países ricos abrem mão de algumas coisas que acumularam ao longo de tantos e tantos anos, fazem um gesto de solidariedade e dedicam uma parte desses recursos para atender às partes mais sofridas do mundo, ou daqui a 30 anos os nossos filhos estarão reunidos em um outro congresso como este, lamentando a falta de investimento no tempo certo.

Eu quero, portanto, dizer a vocês que organizaram este Congresso, aos brasileiros e aos estrangeiros, que podem ter a certeza de uma coisa: no Brasil nós aprendemos, até porque eu já estive dos dois lados, eu já estive do lado das filas, meu caro Agenor, eu já estive do lado daqueles que não conseguem um atendimento, e agora sou o presidente da República. E toda vez que eu falo nesse assunto, eu não me lembro do bom tratamento que eu tenho, hoje, como presidente. Não falta nem médico, se eu precisar tem tantos aqui, que eu serei socorrido muito rapidamente. Mas a minha preocupação é que os trabalhos que estamos fazendo na maioria dos países em desenvolvimento ainda são centralizados em regiões mais urbanas e, muitas vezes, não adentramos os locais mais sofridos deste País. E igual ao Brasil tem muitos.



O compromisso que eu quero assumir com vocês, não enquanto presidente da República, mas enquanto cidadão, é de que vocês podem ter a certeza de contar comigo para ser um peregrino por este mundo afora, pedindo aos governantes que não permitam mais que os países mais pobres vejam seus filhos morrerem porque não podem ter acesso aos remédios caros produzidos pelos laboratórios. E este não é um problema econômico, é um problema eminentemente político que está, portanto, nas nossas mãos.

Eu fui deputado constituinte, tive o prazer de ver o SUS ser votado. Possivelmente a única votação unânime no Congresso Nacional, da extrema direita à extrema esquerda, o voto era unânime, todo mundo queria. Apanhamos muito, houve muitas críticas à implantação do SUS, até hoje ainda tem, mas hoje, mesmo os críticos, já contam até dez, porque sabem que o SUS não é perfeito, mas nós nunca tivemos um sistema de saúde que desse ao povo mais pobre do País as condições de ser atendido que o Sistema Único de Saúde garante ao povo brasileiro. Aperfeiçoá-lo sim, acabá-lo jamais. O que nós podemos é levar o modelo implantado no Brasil, e que está dando certo, não como modelo acabado, mas como um anteprojeto, como um esboço para que os países ricos ajudem a implantar sistemas como este pelos países pobres, e aí sim nós estaremos salvando milhões de vidas no Planeta.

Muito obrigado e boa sorte a todos vocês.



Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante o velório de Dom Luciano Mendes de Almeida

Mariana - MG, 30 de agosto de 2006

Primeiro, queria dizer a todos os companheiros e companheiras de Dom Luciano, que somente quem conviveu nos anos 80, no final dos anos 70, com Dom Luciano sendo presidente e secretário-geral da CNBB, é que pôde conhecer de perto a grandeza do Bispo, a grandeza do homem Dom Luciano. Eu não acredito que tenha um único brasileiro ou brasileira que tenha lutado em defesa das crianças, em defesa dos direitos humanos, em defesa da liberdade e da democracia, que não tenha tido Dom Luciano como referência na luta pela democracia.

Eu tive oportunidade de estar muitas vezes com Dom Luciano. Mais recentemente, ele já estava internado, quando falei com Dom Luiz Fernando, e na oportunidade eu nem queria falar com Dom Luciano porque ele já estava com a voz muito fragilizada. Ele insistia para falar ao telefone, eu mal o escutava, mas eu me lembro que ele falava sempre: “Vá em frente e não esqueça dos pobres deste País”.

Homens como Dom Luciano não morrem. Certamente, a carne se vai, como a de todos nós, mas as idéias permanecem sobre as nossas cabeças, nos cutucando, nos empurrando para fazermos as coisas certas neste País e neste mundo. Acho que o Brasil perde, a Igreja Católica perde e o povo pobre deste País perde, no Dom Luciano, mais que um apóstolo. Perdem, na concepção da palavra, um companheiro, um militante das boas causas, um militante das causas justas, um militante de todas as horas. Eu sei que a Igreja Católica tem milhares, e por que não dizer, milhões de Dom Lucianos espalhados junto aos bispos, junto aos padres, junto aos monsenhores, junto aos católicos deste País. Mas na vida, por mais que sejamos todos iguais,



temos, às vezes, que dar um dedinho de prosa a mais para uns, dar um empurrãozinho a mais em uns. Eu acho que Dom Luciano foi escolhido por Deus para ser melhor, para ser mais humano, para ser mais solidário e para ser mais companheiro.

Eu digo sempre para as pessoas: irmão a gente não escolhe, mas companheiro a gente escolhe, e eu acho que o povo brasileiro, há muitos anos, escolheu Dom Luciano como companheiro. Embora ele se vá, neste momento, acredito que o povo brasileiro, o povo de Minas e o povo de Mariana sabem perfeitamente bem que Dom Luciano foi um grande formador de extraordinários companheiros neste País.

Perdemos? Perdemos, mas ganhamos em motivação, ganhamos em aspiração, ganhamos inspiração, também. E acho que pesa sobre as nossas costas, agora, mais responsabilidade do que pesava antes, porque antes a gente podia dizer: “Dom Luciano vai fazer”. Agora, nós temos que dizer: “Ele não está mais aqui e nós teremos que nos transformar em muitos Dom Lucianos para cumprir a sua tarefa”.

Que Deus os abençoe.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no I Encontro Nacional sobre Biocombustível

Brasília - DF, 30 de agosto de 2006

Meu caro Carlos Eduardo Moreira Ferreira, presidente da Confederação Nacional das Indústrias,

Meus companheiros e companheiras ministros de Estado, Dilma Rousseff, da Casa Civil; Luís Carlos Guedes, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Silas Rondeau de Minas e Energia; Sérgio Rezende, de Ciência e Tecnologia; Walfrido Mares Guia, do Turismo; Pedro Brito do Nascimento, da Integração Nacional; Luiz Dulci, da Secretaria-Geral da Presidência da República,

Deputado Federal Armando Monteiro Neto,

Meu caro governador Marcelo Miranda, governador do estado de Tocantins,

Senhores embaixadores e representantes do corpo diplomático aqui presente,

Meu caro Demian Fiocca, presidente do BNDES,

Nossa querida Maria das Graças Foster, que um dia já se chamou Silva, presidente da BR Distribuidora,

Meu caro Raul Filho, prefeito de Palmas,

Meu caro e querido professor, Expedito Parente,

Meus amigos e amigas dirigentes da CNI, do Sesi, do Senai e do IEL,

Meus caros presidentes das Federações de Indústrias,

Empresários das associações, aqui presentes,

Meu caro Jair Meneguelli, presidente do Sesi,

Meus companheiros e companheiras,



Primeiro, quero dar os parabéns à direção da CNI por este evento. Depois, foi uma decisão sábia fazer aqui, dentro da sede da CNI, uma discussão sobre biocombustíveis, envolvendo amplos setores do empresariado brasileiro, para discutir o assunto.

Posso dizer para vocês que a paixão pelos biocombustíveis é de tal magnitude dentro do governo, que teria bem uns dez ministros preparados para vir aqui e passar horas e horas debatendo com vocês. Esse, na verdade, não é mais um biocombustível, é uma paixão governamental, empresarial, da agricultura e, sobretudo, do povo trabalhador deste País, porque o Programa, além da magnitude do biocombustível, tem a magnitude da biocidadania e de tantas outras bios que a gente vai criando pelo Brasil afora.

Envolver os empresários brasileiros nessa discussão significa discutirmos um pouco a inserção do Brasil no mundo. Antes de ler o meu pronunciamento, meu caro Armando, quero dizer uma coisa a todos vocês. Na verdade, nós seremos no século XXI aquilo que nós decidimos ser agora. Este País tem que ter a dimensão de que ele é grande; este País tem que ter a dimensão de que ele tem importância; este País tem que ter a dimensão de que ele tem conhecimento e inteligência para não viver a vida inteira com a mente dos seus dirigentes colonizada, dependendo que alguém olhe para nós com piedade, quando eu faço um empréstimo, quando eu faço uma concessão. Ninguém consegue ser grande pensando pequeno, ninguém, nem no Brasil e nem em lugar nenhum do mundo.

Todos os países que se transformaram em grandes nações, primeiro se definiram enquanto projeto de nação. E quando se define que tipo de nação queremos ser, nós colocamos a sociedade para construir o projeto que os nossos arquitetos da pesquisa, da política, da engenharia conseguiram colocar no papel.

Quando eu falo do biodiesel – eu me sinto sempre mais à vontade falando de improviso, mas eu vou ler um discurso aqui porque eu quero deixar



para vocês depois – eu quero dizer para vocês que é uma paixão, é uma paixão porque o professor Pedro Parente tem razão, o Expedito Parente, desculpem-me. Ele tem razão numa coisa: no Brasil, de vez em quando, a gente fica discutindo sempre quanto custa fazer as coisas: “Ah, eu não posso cuidar da educação porque custa muito, eu não posso fazer tal programa porque custa muito”. Na verdade, nós nunca nos perguntamos quanto custa não fazermos. Nós nunca paramos para perguntar o quanto custou não termos alfabetizado o Brasil na década de 50. Nós nunca paramos para perguntar e fazer um cálculo de quanto custou a este País não ter transformado o biodiesel em combustível, como política de Estado, nos anos 80.

Nós nunca nos perguntamos as coisas que não fizemos e sempre ficamos cobrando coisas mais difíceis do que as coisas que nós deixamos de fazer. E quando nós estamos discutindo, aqui, na sede nacional das indústrias brasileiras, sobre biocombustíveis, eu fico imaginando que a gente está discutindo a soberania nacional, a gente está discutindo a definição do Brasil que nós queremos para o século XXI, nós estamos discutindo qual o papel que o Brasil vai ter neste mundo globalizado.

Poder-se-ia pegar o problema do álcool, como exemplo. O álcool, professor Expedito, desde que foi criado, teve tantas oscilações, houve tanta falta de definição de política de Estado para o álcool, que nós chegamos ao absurdo de ter, num período da década de 90, 90% dos carros brasileiros a álcool e, na outra década, a gente ter zero de carro a álcool. Não é possível você compatibilizar um modelo de desenvolvimento se você passa para a cadeia produtiva as incertezas de um mercado que nunca tem uma definição. E hoje, é com muito orgulho que o etanol vive o seu momento mais extraordinário na política brasileira. Vive porque tem política de Estado na relação com ele, vive porque tem política de Estado na publicidade do que representa o etanol para o mundo, e vive porque os empresários estão mais compenetrados de que nós seremos mais respeitados quanto mais sérios formos nos



compromissos que assumirmos com os consumidores internos ou externos.

A introdução do biodiesel e dos biocombustíveis no Brasil como política energética passa por não permitir que nós cometamos os erros que cometemos em 1975, no caso do ProÁlcool. Nós vamos construir a coisa certa, cumprindo a nossa função de uma nova matriz energética, cumprindo a nossa função de gerar crescimento econômico para este País, cumprindo a nossa função de gerar riquezas, gerar renda e gerar justiça social. É esse o arcabouço de tudo o que nós fizemos até agora para que a gente chegasse onde nós chegamos. E podem ficar certos de uma coisa: em cada lugar do mundo onde eu chego, não me convidem para uma reunião, que vão ter que engolir um pouco do biodiesel com o folderzinho – agora já está feito em espanhol, também, em inglês – e vamos entregando, e vamos mandando para todo mundo, porque nós achamos que o mundo não pode ficar dependente de um combustível fóssil que a gente sabe que não volta mais ao preço anterior e que a gente sabe que tem fim.

Eu digo sempre o seguinte: nós agora vamos continuar a prospecção do petróleo, quatro ou cinco mil metros de profundidade, mas também vamos plantar petróleo. Plantar uma covinha de 30 centímetros, um pezinho de mamona, uma semente de soja, uma semente de girassol, uma semente de pinhão manso, um pezinho de dendê, a gente vai depois para 1 metro e 80, 2 metros, levantar a mão e tirar o petróleo que nós precisamos. Essa é uma revolução que está predestinada a ser do Brasil, se nós formos competentes, se nós acreditarmos. E se nós fizermos isso, certamente o mundo terá um lugar reservado para o Brasil enquanto potência econômica e enquanto potência energética. Daí a minha alegria de estar aqui na sede da CNI, podendo discutir este assunto.

Há momentos, na história das nações, em que avanços tecnológicos, transformações nas matrizes econômicas e a inclusão de segmentos sociais no centro de novas cadeias produtivas convergem na direção de transformar, para



sempre, sua geografia social e econômica. É nesses momentos de profunda transformação que os povos podem escrever, com suas próprias palavras, a história de seus países. É exatamente em tais períodos que sonhos e anseios por justiça e dignidade podem se tornar uma realidade palpável no dia-a-dia. Quando isso ocorre, se abrem as oportunidades para o verdadeiro desenvolvimento econômico e social. Estou falando do desenvolvimento que permita a inserção soberana no cenário internacional, com a redução das dependências financeiras e tecnológicas, do desenvolvimento que permite saber que, daqui a 10, 20 ou mais anos, contaremos com bases sólidas para avançar ainda mais. E estou falando principalmente da redução das injustiças que durante séculos construíram enormes fossos de desigualdade entre diferentes regiões de um mesmo país, em especial entre os seus cidadãos.

O crescimento econômico, a estabilidade financeira, o salto das exportações, o fortalecimento das instituições democráticas, a redução das desigualdades sociais, a expansão do mercado de trabalho e muitos outros fatores extremamente positivos nos mostram que estamos, de fato, vivendo um grande momento de transformação. A verdade é que o Brasil reencontrou o seu caminho e sua vocação, e é uma honra para mim, e acredito que para todos nós, poder estar vivo para ver e participar desse círculo virtuoso, no qual o tema que estamos debatendo aqui hoje tem especial e extraordinária importância.

O nosso País, afinal, tem tudo o que é preciso para ter, no biocombustível, o passaporte que lhe permitirá atravessar as fronteiras do desenvolvimento. Temos tecnologias inovadoras, temos uma forte base industrial, temos condições naturais, temos uma agricultura desenvolvida e uma crescente massa de famílias que reconquistaram o direito de produzir e viver dignamente em suas pequenas propriedades no Norte, Nordeste e Sul deste País. O que talvez seja a nossa mais importante riqueza, porém, é a democracia, é o diálogo franco e produtivo que nos permite construir, juntos,



sólidas políticas para enfrentar os grandes desafios nacionais.

Grande parte do sucesso do Programa Nacional do Biodiesel se deu, justamente, pelo fato de ele ter sido elaborado com a participação de empresários, de trabalhadores, de pesquisadores e cientistas. Mesmo se considerarmos apenas o governo federal, o fato de 12 Ministérios participarem do Programa mostra a nossa determinação em tratar o biodiesel com o maior número possível de pontos de vista. É por esse motivo que fiz questão de estar aqui neste encontro com os senhores e as senhoras, que representam setores industriais que, por diferentes razões, se relacionam com os biocombustíveis. Daqui sairão importantes comentários, sugestões e críticas aos nossos Programas para esta área. Tenho certeza que elas contribuirão para aperfeiçoarmos nossas iniciativas e, principalmente, para nos unirmos ainda mais nessa grande empreitada que está construindo uma nova opção estratégica para o nosso Brasil.

Minhas amigas e meus amigos,

Conquistamos a auto-suficiência em petróleo, aproveitamos o nosso imenso potencial hidrelétrico, com a consolidação da cadeia produtiva de biocombustíveis, e podemos visar uma meta ousada: nos tornarmos líderes mundiais em energia renovável. Há uma tendência mundial para a redução do uso dos combustíveis fósseis, seja pelos seus preços crescentes, seja pela necessidade inadiável de redução de gases, tão bem acordada no Protocolo de Kyoto. O biodiesel, o H-Bio, o álcool combustível e a biomassa passam, então, a ocupar o papel central como fonte de energia para o Planeta e, como disse anteriormente, temos tudo o que é necessário para aproveitar essa imensa janela de oportunidades.

O desafio que temos pela frente é grande, mas tenho certeza que as bases para os nossos avanços já estão lançadas. O programa do Biodiesel é o melhor exemplo. Lançado em dezembro de 2004, possibilitou que chegasse no dia de hoje com uma cadeia produtiva em plena atividade. A Petrobras e a



Agência Nacional do Petróleo já garantiram, por meio de leilões de compras futuras, a oferta de combustível para o ano de 2007, e a quantidade de indústrias instaladas ou em fase de construção mostra que poderemos cumprir, com folga, as metas de produção e de mistura obrigatória no diesel, que havíamos estabelecido para os próximos anos.

Quero, contudo, reafirmar o que já venho dizendo em outras reuniões sobre esse mesmo assunto: felizmente a produção do biodiesel deve crescer mais rapidamente do que havíamos previsto, mas não nos deixaremos levar pela empolgação nem colocaremos o carro na frente dos bois. Respeitamos o ritmo natural da implantação das indústrias, da formação do mercado e do fortalecimento da agricultura. Mais importante do que certificar rapidamente produtores e combustíveis que não tenham como garantir qualidade e oferta no futuro, mais importante do que antecipar metas e planejar um mercado com base em previsões demasiadamente otimistas, é consolidar a cadeia produtiva. E isso se faz, sim, com o apoio do Estado, mas nunca com a pressa desordenada com que, muitas vezes, foram feitas as coisas no Brasil.

Senhoras e senhores,

Em junho passado, eu tive a felicidade de ir à usina da Petrobras em Araucária, no Paraná, para assistir ao teste, em escala comercial, do H-Bio. Esse processo de refino do diesel foi desenvolvido e patenteado por nós, brasileiros, e permite que adicionemos um óleo vegetal ao petróleo, nas refinarias, gerando um diesel muito menos nocivo ao meio ambiente do que o diesel convencional.

Os impactos positivos que a adoção, em grande escala, desse processo traz para o Brasil são enormes. Podemos reduzir as importações do petróleo, utilizando no refino do diesel, e exportar tecnologia de refino. Podemos também criar um novo e estável mercado para a produção brasileira de soja e oleaginosas, que hoje está voltada principalmente para o mercado externo e com isso, fica a mercê das oscilações de preços na dança de *commodities*.



Ao mesmo tempo em que consolidamos essas novas tecnologias, estamos dando perspectivas inéditas àquele combustível que, nos anos 70, representou para nós a alternativa viável à crise do petróleo, o álcool combustível ou o etanol, como alguns costumam dizer.

Em conjunto com o Itamaraty, o Ministério da Agricultura e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, tomei a decisão de me comprometer pessoalmente com a inserção do nosso álcool nos mercados internacionais. Durante as viagens internacionais, faço questão de levantar esse assunto com os chefes de Estado dos países que mais consomem combustível no mundo.

A receptividade às ofertas está sendo grande, e tenho certeza de que resultará em grandes negócios para o Brasil, e nem poderia ser de outra forma, pois é urgente a demanda mundial por uma alternativa ao petróleo, que está cada vez mais caro e cada vez mais raro.

As perspectivas para o crescimento do mercado externo são as melhores possíveis e tenho a certeza de que um dia também exportaremos a tecnologia dos motores biocombustíveis, também nacional, e lá como aqui, isso só fará aumentar ainda mais a demanda por nossos biocombustíveis.

Minhas amigas e meus amigos,

Não me estenderei mais às informações sobre esse biocombustível, porque soube que a nossa querida ministra Dilma Rousseff já lhes deu um detalhado panorama sobre o setor na palestra que proferiu pela manhã. Quero registrar o meu agradecimento e o meu reconhecimento público ao papel da companheira Dilma Rousseff na criação do programa de biodiesel. Primeiro, no Ministério das Minas e Energia, que agora tem o companheiro Silas como protagonista e, agora, na Casa Civil, ela foi e está sendo, a grande responsável por unir especialistas, gestores públicos, empresários e trabalhadores num grande mutirão que está permitindo revolucionar a matriz energética brasileira.

Esta revolução pode ser vista pelo seu lado econômico, pelo seu lado



tecnológico, pelo seu lado estratégico em relação à soberania nacional, mas para que tenhamos a perfeita compreensão do que ela representa, não podemos deixar de lado seus aspectos ambiental e social.

Todos sabemos que os biocombustíveis poluem menos e, por serem provenientes de fontes renováveis, não geram os danos ambientais decorrentes das atividades extrativistas. Caso não tivéssemos uma legislação consistente e uma política ambiental estruturada e eficiente, poderíamos estar correndo o risco de transformar nossa aposta nos biocombustíveis em um incentivo para a expansão irresponsável e desordenada da agricultura sobre nossas áreas nativas. Felizmente, não é isso que ocorre.

Modernizamos nosso sistema de fiscalização, fortalecemos institucionalmente os órgãos de proteção ao meio ambiente e aumentamos, de forma muito expressiva, em extensão e quantidade, as áreas de conservação. Criamos um plano de desenvolvimento sustentável da BR-163, uma das áreas da Amazônia mais ameaçadas pelo desmatamento e pela expansão da agricultura. Ao mesmo tempo, iniciativas inovadoras como a Lei de Gestão de Florestas Públicas possibilitam atividades econômicas ambientalmente sustentáveis, especialmente na Amazônia, reduzindo assim o risco das derrubadas desenfreadas.

Podemos, por isso, garantir a nós mesmos e ao mundo que nossas florestas estão a cada dia mais seguras e os índices decrescentes de desmatamento são conhecidos por todos nós.

Quanto ao aspecto social dos biocombustíveis, é importante sempre lembrarmos que mais de 200 mil agricultores familiares estão integrados, com possibilidade de trabalharem em função dos leilões que fizemos para produzir, já em 2007, o que estava previsto produzir apenas em 2008, que são 840 milhões de litros de biocombustíveis. E esses números, graças aos compromissos assumidos pelas empresas que participaram dos leilões e ofertas futuras, poderão chegar, até o final do próximo ano, a 250 mil



trabalhadores já envolvidos no biodiesel. Estou falando de pessoas simples, assentados da reforma agrária ou pequenos sítiantes, que pela primeira vez na vida participam diretamente do nosso processo de desenvolvimento. O biodiesel conta, entre suas matérias-primas, com oleaginosas de fácil cultivo, que dispensam mecanização e se encaixam perfeitamente nas possibilidades de um pequeno produtor. Algumas matérias-primas podem utilizar terrenos que não são próprios para o cultivo de alimentos, em especial na sofrida região do semi-árido, e outras podem ser consorciadas com plantações tradicionais.

Além disso, por meio do Programa Selo Combustível Social, o governo está certificando as usinas que adquirem dos agricultores familiares parte de sua matéria-prima. As empresas que contam com esse selo têm direito a uma tributação diferenciada e podem participar dos leilões realizados pela Agência Nacional de Petróleo. O selo também é necessário para a empresa que se enquadra em uma linha específica que o BNDES criou para fomentar essas indústrias e que se consolida a cada dia. Seis empresas, com uma capacidade total de produção de 580 milhões de litros de biodiesel por ano, já apresentaram ao BNDES projeto de financiamento no valor de 256 milhões de reais. Dois desses projetos foram aprovados nos últimos meses, o da empresa BSBios e o da (inaudível), que juntas produzirão 215 milhões de litros de biodiesel por ano. A grande novidade que coube a mim anunciar agora é que uma terceira empresa acabou de ter um projeto de financiamento, no valor de 42 milhões e 800 mil reais, aprovado pelo BNDES, que é a empresa Caramuru Alimentos. E daí, uma salva de palmas para o empresário da Caramuru.

A empresa, que já produz óleo de soja, construirá agora uma usina de biodiesel também, utilizando o grão como matéria-prima, na cidade goiana de São Simão. Sua capacidade anual de produção será de 100 mil toneladas de combustível. Quero, portanto, dar os meus parabéns para a Caramuru, para o BNDES, aqui representado pelos seus presidentes Alberto Góis de Souza e o nosso querido Demian Fiocca. Tenha a certeza de que essa parceria que está



se iniciando irá gerar muitos frutos para as duas instituições e, principalmente, para as muitas famílias que serão empregadas pelo projeto.

Agradeço também a inestimável contribuição de todos os que vieram aqui para conhecer nossos programas, avaliar o seu funcionamento e, sobretudo, formular propostas conjuntas para o desenvolvimento da produção brasileira de biocombustível. Os senhores e as senhoras fazem parte de uma geração pioneira nessa nova era que se inicia tanto para nossa matriz energética, como para nossa inserção internacional, na qual a bioenergia será o fator que dará ao Brasil um papel cada vez mais destacado.

Meus amigos e minhas amigas,

Certamente metade do meu discurso foi falado no discurso da Dilma, de manhã. Até porque, se eu conheço as apresentações da Dilma, ela utiliza parte das coisas que eu falo, porque ela que me passa as coisas que eu falo, ou o Silas me passa as coisas que eu falo. Mas eu penso que, mais do que ler o meu discurso aqui e poder ver o professor Expedito Parente receber essa homenagem, eu fico me perguntando, professor, quantos pesquisadores e quantos cientistas nós temos no Brasil com boas idéias e, muitas vezes, não há ninguém para ouvir essas idéias. Às vezes as pessoas não têm paciência de ouvir, mas o Brasil vai fazer uma opção para as próximas décadas, de desenvolvimento, de muita educação e de muita distribuição de renda, porque só o crescimento não resolve os problemas do Brasil. Se não houver um crescimento e a distribuição de renda como parceira do crescimento ou como resultado desse crescimento, chegará um momento em que nós ficaremos atrofiados, como ficamos na década de 70, em que crescíamos 10% ao ano e, quando chegou a década de 80, nos deparamos com a necessidade de pagar o crescimento e vimos que não tínhamos feito política de distribuição de renda. Estávamos devendo bilhões e bilhões de dólares, não tínhamos feito a distribuição de renda correta e aí, passamos, praticamente, 20 anos em que a economia brasileira se arrastou, mais ou menos como o xaxado. Verdade.



Arrastava só o pé, porque se levantasse, gastava muita energia, e só veio a aparecer em 2001, quando o Brasil potente, vendido com galhardia nos quatro cantos do mundo, foi vítima de um apagão, que pouca gente esperava que fosse acontecer.

Então, cuidar da energia de um país é como cuidar do coração do país, ou seja, é preciso estar fazendo check-up cotidianamente, analisando por dentro e por fora, porque na hora em que a gente der qualquer sinal ao mundo de fragilidade no oferecimento de energia, quem será o louco que vai querer investir num país que não oferece energia? E na hora em que a gente coloca, aos olhos do mundo, multipossibilidades de oferecermos multicomcombustíveis ou várias matrizes de energia, o que nós estamos passando para o mundo? Nós estaremos passando para o mundo a certeza de que nós, governantes brasileiros, empresários brasileiros, de que nós, povo brasileiro, estamos levando este País a sério. E quando nós levarmos o País a sério, não há por que os outros não levarem o País a sério. Quem conhece o investidor estrangeiro, quem conhece o capital estrangeiro circulante no mundo sabe que ninguém coloca a mão em cumbuca, ninguém investe dinheiro para perder. E se nós quisermos, com essa possibilidade extraordinária de uma revolução na área energética, oferecer oportunidade de negócios a nós mesmos e ao mundo, a hora é esta. Muita seriedade, muita disposição de fazer investimentos, muita disposição do governo de disponibilizar crédito, para que a gente faça valer os discursos que todos nós fizemos aqui e possamos concretizar o sonho do professor Expedito Parente, de ver o Brasil se transformar, como eu sonho, em uma verdadeira e definitiva grande nação, onde todos possam comer três vezes ao dia, estudar e ter até possibilidade de chegar à Presidência da República.

Muito obrigado e parabéns.



**Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante
vistoria às obras de construção do Armazém Graneleiro II e do Píer de
Atracação do TGG**

Guarujá-SP, 31 de agosto de 2006

Eu acho importante, o governador Cláudio Lembo tem tanta clareza quanto eu, de que isso aqui é o seguinte: o Porto de Santos, o maior porto do Brasil, para que continue sendo durante muito tempo o maior porto do Brasil, que traz tanto parte da riqueza que nós compramos como as riquezas que nós exportamos, este Porto precisa ter um acordo entre a Codesp, o governo do estado, a Cetesb e as prefeituras, porque ele precisa de uma dragagem razoável. Se nós quisermos que ele tenha navio de grande calado, ele vai precisar de um canal de pelo menos 14 ou 15 metros. Se ele ficar do jeito que está hoje, com 11 ou 12, ele vai perder competitividade para outros portos brasileiros e, daqui a pouco, vocês vão se dar conta de que os navios não estão vindo mais para cá, estão ficando em Suape, ficando em Itaqui, ficando em Sepetiba.

Eu penso que o Governador já demonstrou interesse em fazer essa discussão com os administradores do Porto, com o Paulo de Tarso, para que a gente possa discutir ambientalmente o que pode ser feito para garantir que o Porto de Santos não perca competitividade. Afinal de contas, é o estado de São Paulo que tem uma responsabilidade muito grande com o desenvolvimento do Brasil, e o Porto de Santos precisa urgentemente ser recuperado.

Nós decidimos, já em 2004, fazer a dragagem em 17 portos brasileiros, mas não é fácil fazer dragagem. Não é fácil, porque nós enfrentamos todo tipo de processo que vocês possam imaginar, às vezes do Ministério Público, às



vezes do Meio Ambiente local, às do próprio Ibama federal, às vezes ação popular, ou seja, não é uma tarefa fácil.

E eu também acho que nós temos que cuidar das dragagens no Brasil, porque nós temos poucas empresas, e se precisar dar ao Brasil a dimensão que precisamos dar, de tornar o Brasil mais competitivo no transporte de carga marítima, nós vamos ter que agilizar mais empresas, fazer concorrências nacionais e internacionais, porque o Brasil, agora, luta contra o tempo. Ou seja, se a gente deixar passar essa oportunidade e esse momento bom que o Brasil conquistou, possivelmente a gente, depois de perder um ano, leve dez para recuperar o ano que a gente tenha perdido.

Essa perimetral é uma reivindicação antiga. Eu a vi, pela primeira vez, quando vim inaugurar, no Porto de Santos, aquele terminal de açúcar. É um processo que está em andamento desde 2004, e agora é que está pronta a primeira licitação. Ideologicamente foi feita para a direita, primeiro, mas também há tendência de fazer para a esquerda, agora.

Eu estava dizendo ao Governador e ao Prefeito que nós precisamos ver a situação das palafitas aqui, no Guarujá, e que nós temos que tratar com muito carinho, porque as pessoas estão aí há muito tempo e não pode aparecer alguém querendo tirá-las, não. É preciso encontrar uma solução negociada, porque as pessoas já estão há tanto tempo que já são até donas do terreno, mesmo que ele seja da União ou da Prefeitura.

Mas, de qualquer forma, nós temos que levar em conta que nós não temos muito tempo para modernizar o Porto de Santos, para fazer crescer mais as possibilidades do Porto de Santos, para fazer mais terminais, para trazer navios com maior potencial de carga, pois é isso que vai, no fundo, no fundo, ajudar o Brasil a ter o desenvolvimento que todos nós queremos.

Eu quero dizer, aqui, da minha alegria de ver que a Brasil Ferrovias... É ALL que chama agora? A Brasil Ferrovias e a ALL. Eu fico satisfeito porque, finalmente, a ferrovia está retomando os investimentos para torná-la moderna, para ter acesso ao Porto de Santos, Governador, porque isso aqui, eu já ouvi



essa conversa em 2003. Então, nós não podemos mais permitir porque, veja, prometeram uma ponte para o Alacir em dois anos, ele esperou sete e a ponte não saiu.

Eu acho que o Brasil hoje depende muito, mas muito, da objetividade da administração pública e da administração privada. Não tem mais meio termo, ou seja, os governadores, os prefeitos, o presidente vão ter que trabalhar para agilizar o que pode impedir o projeto, porque o Brasil, realmente, precisa muito deste Porto de Santos.

Eu quero parabenizar os homens da Ferrovia, a Funcef, o BNDES, e todos vocês que acreditaram que era possível a gente fazer isso. Estamos, aqui, colhendo um pouquinho daquilo que está sendo plantado. Eu não sei se as empresas querem falar um pouco, se o prefeito, se o governador Cláudio Lembo quer falar um pouquinho.